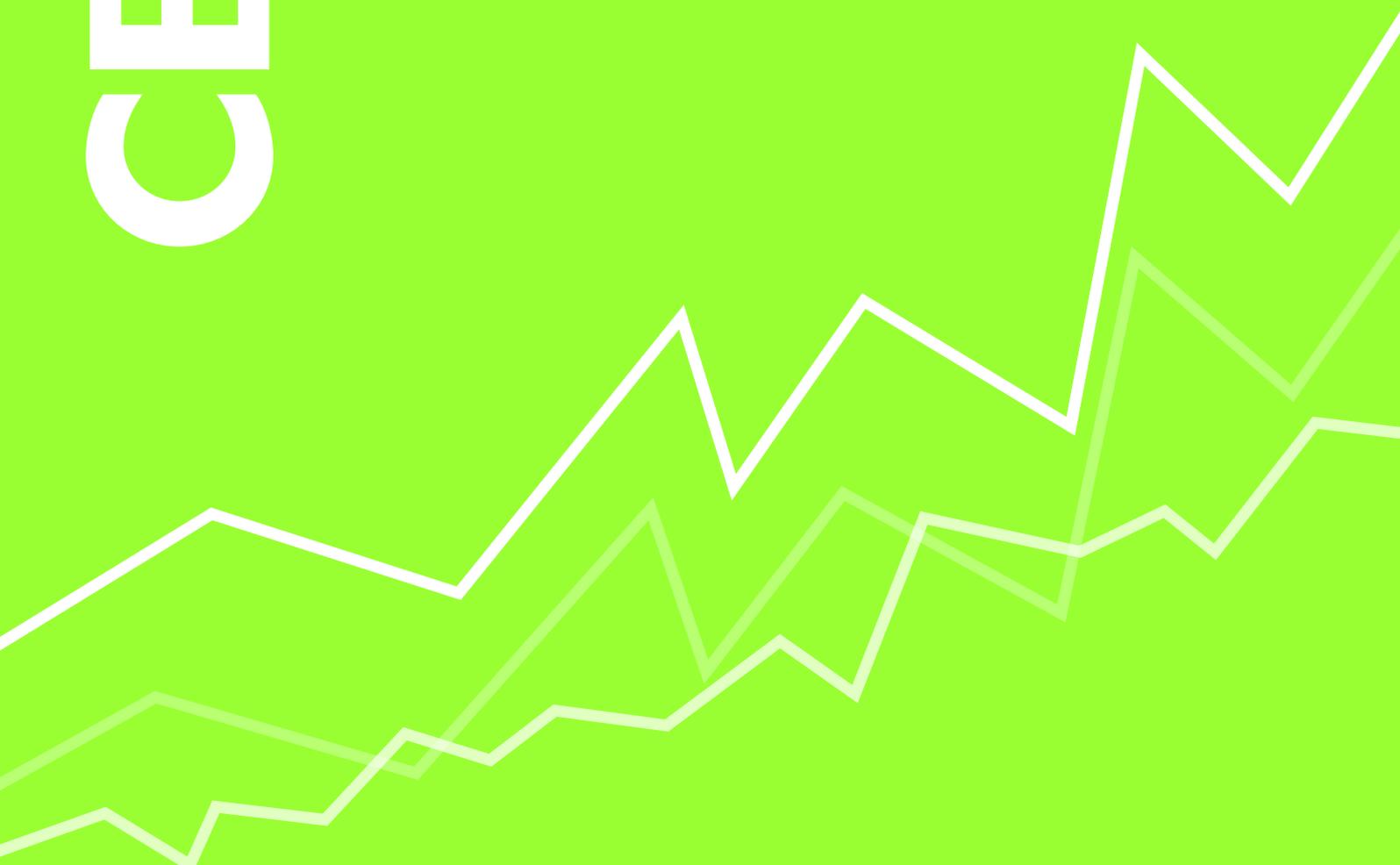


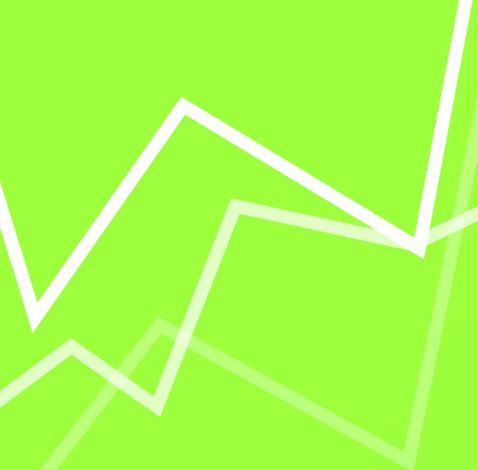
CENTRO de PORTUGAL

Boletim trimestral
Informação reportada ao
quarto trimestre de 2019

45



ccdrc comissão de coordenação
e desenvolvimento regional
do centro



45

Boletim trimestral

Informação reportada ao
quarto trimestre de 2019

Editor

Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Centro

Responsável Técnico

Direção de Serviços de Desenvolvimento
Regional

Data de Edição

março de 2020

ISSN

2182-6579

boletimtrimestral@ccdr.pt

www.ccdr.pt

Alguma da informação conjuntural encontra-se
também em <http://datacentro.ccdr.pt>

DATACENTRO
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

CENTRO de PORTUGAL

ÍNDICE

- 4 Enquadramento Nacional
- 6 Mercado de Trabalho
- 10 Desemprego Registado
- 12 Empresas
- 13 Comércio Internacional de Bens
- 16 Turismo
- 17 Construção e Habitação
- 20 Preços e Consumo Privado
- 22 Políticas Públicas no Centro

Nota: A configuração territorial da Região Centro é a definida na lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.

No quarto trimestre de 2019, o crescimento homólogo real do Produto Interno Bruto foi de 2,2%, reflexo do contributo positivo, sobretudo, da procura externa líquida, e também da procura interna. A taxa de desemprego nacional aumentou para os 6,7%, invertendo a tendência de descida dos últimos trimestres. O nível de preços aumentou 0,3% face ao trimestre homólogo, retomando a tendência dos períodos anteriores. A confiança dos consumidores tornou a diminuir e o indicador de clima económico voltou a desacelerar.

Relativamente ao mercado de trabalho regional, neste trimestre, o desemprego diminuiu face a igual período do ano anterior mas aumentou face ao trimestre anterior. A taxa de atividade e a taxa de emprego contraíram, infletindo a tendência positiva observada nos últimos anos. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da região voltou a crescer ligeiramente face ao registado no trimestre homólogo.

No setor empresarial da Região Centro, face a igual período do ano anterior, assistiu-se a uma diminuição das empresas constituídas e das ações de insolvência. O peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos voltou a diminuir, atingindo o valor mais baixo dos últimos oito anos. Também os empréstimos concedidos às empresas mantiveram a tendência de queda. No setor da construção, as obras concluídas evidenciaram uma evolução positiva, a avaliar pelos crescimentos homólogos registados em todos os indicadores, o que já sucede há dois anos. Os edifícios licenciados continuaram a diminuir, com exceção das construções novas que aumentaram.

A atividade turística regional manteve a tendência positiva dos últimos trimestres, evidenciada pelos crescimentos homólogos nos hóspedes, nas dormidas e nos proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico. Nas relações comerciais da região com o mercado externo observou-se uma variação homóloga real praticamente nula nas saídas de bens e um decréscimo homólogo real nas entradas de bens. Relativamente ao consumo privado regional, quase todos os indicadores apresentaram, neste trimestre, evoluções positivas. A taxa de inflação homóloga regional continuou a diminuir, contrariando a evolução nacional.

No PORTUGAL 2020, até 31 de dezembro de 2019, estavam aprovados 6,0 mil milhões de euros de fundos europeus para apoiar 9,2 mil milhões de euros de investimentos na Região Centro. O COMPETE 2020 mantinha-se como o programa operacional com mais relevância na região e o FEDER o fundo que tinha cofinanciado a maioria dos montantes aprovados.

ENQUADRAMENTO NACIONAL

2,2%

foi o crescimento
homólogo real do
PIB e

6,7%

a taxa de
desemprego nacional

No quarto trimestre de 2019, o crescimento homólogo real do Produto Interno Bruto foi de 2,2%, reflexo do contributo positivo, sobretudo, da procura externa líquida, e também da procura interna. A taxa de desemprego nacional aumentou para os 6,7%, invertendo a tendência de descida dos últimos trimestres. O nível de preços aumentou 0,3% face ao trimestre homólogo, retomando a tendência dos períodos anteriores. A confiança dos consumidores tornou a diminuir e o indicador de clima económico voltou a desacelerar.

No quarto trimestre de 2019, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o Produto Interno Bruto (PIB) nacional em volume aumentou 2,2% face ao trimestre homólogo¹, taxa superior em 0,3 pontos percentuais à do trimestre anterior.

A procura interna contribuiu para este crescimento com um aumento de apenas 0,9% na comparação homóloga (muito abaixo dos 3,4% do trimestre anterior), resultado da desaceleração do consumo das famílias e da diminuição drástica do investimento (cuja taxa de variação homóloga passou de um crescimento de 8,6% para uma redução de 2,6% neste trimestre).

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		4T19	3T19	2T19	1T19	4T18	2019	2018
		média trimestral						
PIB*	v. h. (%)	2,2	1,9	2,1	2,4	2,3	2,2	2,6
Procura interna	v. h. (%)	0,9	3,4	3,0	3,7	3,5	2,8	3,1
Consumo das famílias	v. h. (%)	2,0	2,7	2,0	2,5	3,3	2,3	2,9
Formação bruta de capital	v. h. (%)	-2,6	8,6	9,4	11,4	7,2	6,5	6,2
Taxa de investimento	%	17,7	18,9	18,6	18,6	18,6	18,5	17,7
Exportações	v. h. (%)	6,3	2,2	2,6	3,9	1,5	3,7	4,5
Importações	v. h. (%)	3,2	5,8	4,9	7,1	4,2	5,2	5,7
VAB	v. h. (%)	2,1	2,0	1,8	2,1	1,4	2,0	2,3
Taxa de desemprego	%	6,7	6,1	6,3	6,8	6,7	6,5	7,0
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	0,3	-0,2	0,5	0,8	0,8	0,3	1,0
Indicador de confiança dos consumidores	%	-7,3	-7,1	-8,2	-9,5	-6,2	-8,0	-4,8
Indicador de clima económico	%	2,1	2,3	2,4	2,6	2,6	2,4	2,6
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,107	1,112	1,124	1,136	1,141	1,120	1,181
	v. h. (%)	-3,0	-4,4	-5,7	-7,6	-3,1	-5,2	4,6

* Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume. USD - Dólar dos Estados Unidos
EUR - Euro

A procura externa líquida registou um contributo positivo para a variação homóloga real do PIB (de 1,3 pontos percentuais), o que já não sucedia desde o segundo trimestre de 2018. Esta evolução refletiu a significativa aceleração das exportações e a desaceleração em volume das importações. De facto, as importações de bens e serviços aumentaram 3,2% em termos homólogos reais (contra 5,8% no período anterior), tendo ambas as componentes crescido, mas a um ritmo inferior ao do trimestre anterior. As exportações de bens e serviços registaram uma variação homóloga real de 6,3% neste trimestre (após um crescimento homólogo de 2,2% no trimestre anterior), refletindo o forte crescimento das exportações de bens (que passaram de um crescimento de 0,6% no trimestre anterior, para 7,9% neste trimestre) e o abrandamento das exportações de serviços.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base aumentou 2,1% em termos homólogos reais, traduzindo uma variação de 0,1 pontos percentuais face ao trimestre anterior. Neste período, apenas o ramo da “indústria” registou uma variação homóloga real negativa (-0,3%), destacando-se, nas variações positivas, o aumento homólogo real de 4,3% nos “transportes e armazenagem; atividades de informação e comunicação” e de 4,1% na “construção”.

¹ Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste.
Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2012) ou por outro indicador mais apropriado.

No que respeita ao mercado de trabalho, neste trimestre, a taxa de desemprego nacional aumentou para os 6,7%, invertendo a tendência de descida sucessiva verificada nos restantes trimestres de 2019. Esta taxa é superior em 0,6 pontos percentuais à do trimestre precedente e igual à do trimestre homólogo de 2018. Estimavam-se 352,4 mil indivíduos desempregados no país, traduzindo um aumento trimestral do desemprego de 29,0 mil pessoas e homólogo de 3,3 mil indivíduos. Um crescimento trimestral desta dimensão só encontrou paralelo no quarto trimestre de 2011.

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor, neste trimestre, aumentou 0,3% na comparação homóloga, retomando a tendência de aumento dos últimos anos e que apenas tinha sido interrompida no trimestre anterior. Das 12 classes de consumo, cinco registaram uma diminuição dos preços a nível nacional, evidenciando-se as “comunicações” e o “vestuário e calçado” com os maiores decréscimos (-4,0% e -1,8%, respetivamente). Nas restantes sete classes ocorreram aumentos homólogos, destacando-se as “bebidas alcoólicas e tabaco” (1,5%), os “bens e serviços diversos” (1,5%) e os “restaurantes e hotéis” (1,4%) com os maiores crescimentos.

A avaliar pelo indicador de confiança dos consumidores² do INE, as expectativas dos consumidores, neste trimestre, continuaram negativas, tendo o valor do indicador diminuído face ao trimestre anterior. O facto deste indicador assumir valores negativos significa que existem mais respostas pessimistas do que otimistas às questões sobre a perspetiva das famílias quanto à evolução da situação financeira do agregado familiar, da realização de compras importantes e da situação económica do país. Já a confiança dos empresários, segundo o indicador de clima económico³ do INE, apesar de positiva, voltou a diminuir face aos trimestres anteriores.

Por último, a taxa de câmbio⁴ do euro face ao dólar (USD/Euro) diminuiu 3,0% face ao trimestre homólogo, mantendo-se, assim, a tendência de depreciação do euro iniciada no terceiro trimestre de 2018, apesar de ligeiramente menos acentuada neste trimestre. Esta desvalorização do euro traduz-se num preço inferior para igual quantidade de bens exportados e num preço superior para igual quantidade de bens importados.

² O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião sobre a evolução da situação financeira do agregado familiar (nos últimos 12 meses e nos próximos 12 meses), da situação económica do país e sobre as perspetivas de realização de compras importantes.

³ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores, mas que retrata as expectativas dos empresários. É construído com base em inquéritos qualitativos conjunturais feitos às empresas da indústria transformadora, construção e obras públicas, comércio e dos serviços.

⁴ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

MERCADO DE TRABALHO

5,2%

foi a taxa de
desemprego regional
do trimestre e

-2,0%

foi a diminuição
homóloga da
população
empregada na região

No quarto trimestre de 2019, o desemprego na Região Centro continuou a diminuir face a igual período do ano anterior. No entanto, também a taxa de atividade e a taxa de emprego contraíram, infletindo a tendência positiva observada nos últimos anos. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da região voltou a crescer ligeiramente face ao registado no trimestre homólogo.

De acordo com os dados do inquérito ao emprego⁵ do Instituto Nacional de Estatística, no quarto trimestre de 2019, a taxa de atividade da população em idade ativa⁶, na Região Centro, foi de 58,8%, tendo diminuído face ao período homólogo (-1,1p.p.), o que já não sucedia há mais de dois anos. Esta taxa regional foi inferior à média nacional, que foi de 59,3% e, como habitual, a dos homens foi mais elevada que a das mulheres (64,7% contra 53,7%).

Neste trimestre, a população ativa⁷ da Região Centro ascendia a 1.138,5 mil indivíduos, registando uma variação homóloga negativa de 2,4%. Já os inativos⁸ totalizavam 1.063,9 mil indivíduos, aumentando face ao trimestre homólogo (1,2%), o que já não se verificava há mais de dois anos. Esta evolução deveu-se essencialmente ao acréscimo dos reformados (3,5%) e dos estudantes com 15 e mais anos (2,1%), sendo contrariada, pela variação negativa expressiva dos domésticos (-14,4%).

⁵ No primeiro trimestre de 2011, o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Deste modo, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011 (série 2011), não permitem uma comparação direta com os dados anteriores (série 1998), configurando uma quebra de série. No primeiro trimestre de 2014, o INE disponibilizou valores revistos para estas duas séries, já que estes foram calibrados tendo por referência as estimativas da população residente calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011.

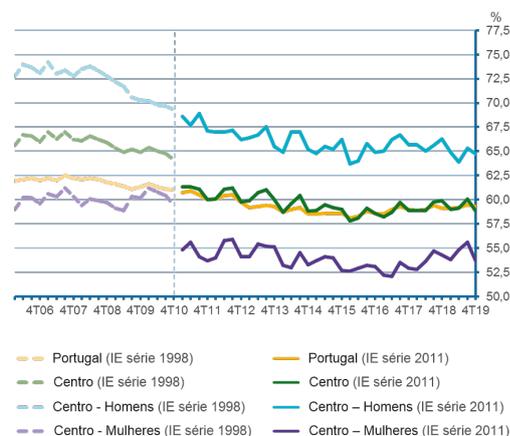
⁶ A taxa de atividade da população em idade ativa, de acordo com o INE, "permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade)".

⁷ Segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

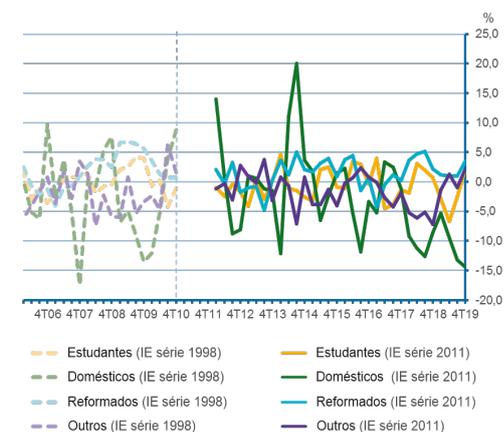
⁸ A população inativa é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

⁹ A partir do primeiro trimestre de 2011, a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 15 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 14 anos de idade na rubrica "Outros". A rubrica "Reformados" compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadraram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em "Outros".

Taxa de atividade (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População inativa no Centro por condição perante o trabalho⁹ (variação homóloga)



Quadro 2 – Atividade e Inatividade		4T19	3T19	2T19	1T19	4T18	2019	2018	
								média trimestral	
Taxa de atividade (15 e mais anos)									
Portugal	%	59,3	59,5	59,2	59,1	59,1	59,3	59,1	
Centro	%	58,8	60,1	59,1	59,0	59,9	59,2	59,4	
	v. h. (p.p.)	-1,1	0,3	0,2	0,1	1,0	-0,2	0,5	
População ativa – Centro	milhares	1.138,5	1.165,2	1.145,9	1.145,5	1.167,0	1.148,8	1.157,6	
	v. h. (%)	-2,4	0,0	-0,3	-0,3	1,3	-0,8	0,4	
População inativa – Centro	milhares	1.063,9	1.039,8	1.062,2	1.066,2	1.051,4	1.058,0	1.064,5	
	v. h. (%)	1,2	-1,5	-1,1	-1,0	-2,8	-0,6	-1,8	
Estudantes (15 e mais anos)	milhares	173,4	161,6	174,7	176,1	169,9	171,5	176,1	
	v. h. (%)	2,1	-2,6	-6,7	-2,9	0,7	-2,6	0,9	
Domésticos	milhares	77,7	73,4	79,2	84,5	90,8	78,7	88,1	
	v. h. (%)	-14,4	-13,2	-9,5	-5,4	-8,6	-10,7	-10,3	
Reformados	milhares	398,2	402,2	397,2	388,7	384,8	396,5	390,1	
	v. h. (%)	3,5	1,0	1,0	1,2	2,2	1,6	3,9	
Outros	milhares	414,6	402,7	411,1	416,9	405,9	411,3	410,3	
	v. h. (%)	2,1	-1,0	1,3	-1,3	-7,2	0,2	-5,9	

A taxa de emprego¹⁰ da Região Centro, no quarto trimestre de 2019, foi de 55,8%, o que traduziu uma diminuição de 0,7 p.p. face ao trimestre homólogo, infletindo três anos de crescimentos homólogos. Esta taxa regional manteve-se, como habitual, superior à média nacional (de 55,3%). Neste trimestre, na região, estavam empregados 1.079,5 mil indivíduos, o que representou uma diminuição de 2,0% face ao mesmo período do ano anterior, invertendo mais de três anos de aumentos homólogos sucessivos. Todas as categorias analisadas influenciaram negativamente a variação da população empregada, tendo os contributos mais negativos ocorrido no emprego do setor primário, que registou novamente um decréscimo significativo (-13,4%), nos empregados dos 25 aos 44 anos (-3,0%) e no emprego masculino (-2,4%).

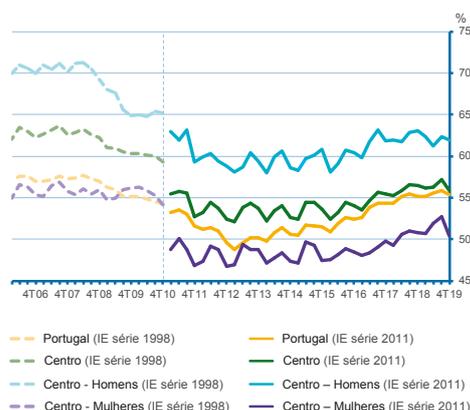
A diminuição do emprego ficou ainda a dever-se aos trabalhadores por conta de outrem, que decresceram 1,5% em termos homólogos. Esta quebra, que interrompeu igualmente mais de três anos de acréscimos homólogos consecutivos, foi mais expressiva nos trabalhadores que desempenham as suas funções a tempo parcial, nos que possuem o ensino superior como habilitação e nos contratados com termo. O decréscimo homólogo verificado, há mais de um ano, nos trabalhadores contratados com termo a par com o aumento (apesar de ligeiro) nos contratados sem termo, parece estar a contribuir, de forma mais sustentada, para uma redução da precaridade nos vínculos laborais.

Também os trabalhadores por conta própria diminuíram 2,8% face ao período homólogo, mantendo a tendência de quebra verificada há mais de dois anos, apenas interrompida no último trimestre de 2018 e no primeiro de 2019. Esta evolução homóloga resultou da variação negativa significativa ocorrida nos empregadores (-12,2%), sendo contrariada pelos trabalhadores isolados que aumentaram 0,7%.

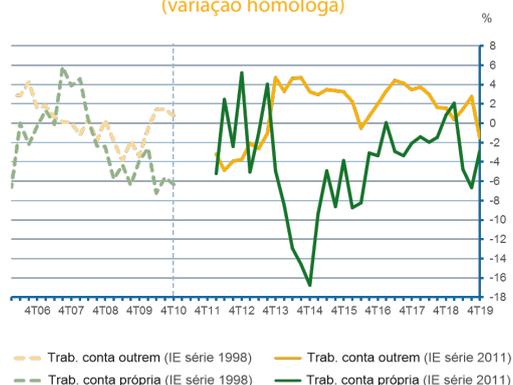
¹⁰ A taxa de emprego (15 e mais anos) é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade (população em idade ativa).

¹¹ Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em "Trabalhadores por conta de outrem", "Trabalhadores por conta própria", "Trabalhadores familiares não remunerados" e "Outra situação".

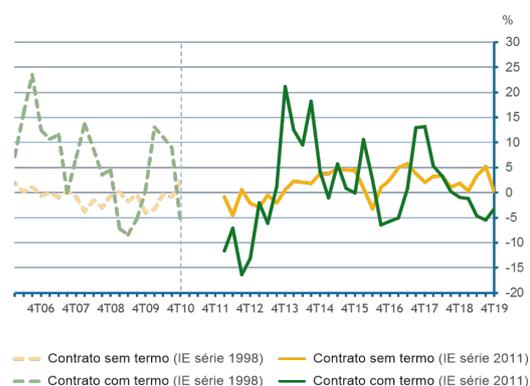
Taxa de emprego (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



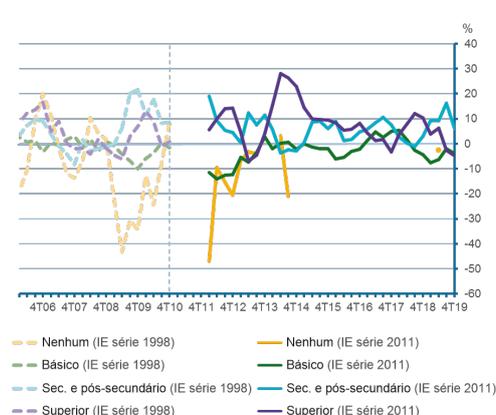
População empregada no Centro por situação na profissão¹¹ (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro por contrato de trabalho (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro por nível de escolaridade mais elevado completo (variação homóloga)¹²



Quadro 3 – Emprego		4T19	3T19	2T19	1T19	4T18	2019	2018
							média trimestral	
Taxa de emprego (15 e mais anos)								
Portugal	%	55,3	55,8	55,5	55,1	55,1	55,4	55,0
Centro	%	55,8	57,2	56,3	56,1	56,5	56,3	56,0
	v. h. (p.p.)	-0,7	0,6	0,5	0,9	1,1	0,3	1,2
População empregada – Centro								
	milhares	1.079,5	1.108,9	1.091,8	1.089,7	1.101,0	1.092,5	1.092,3
	v. h. (%)	-2,0	0,6	0,3	1,2	1,6	0,0	1,8
Homens	v. h. (%)	-2,4	-1,4	-1,4	0,0	1,4	-1,3	0,7
Mulheres	v. h. (%)	-1,5	2,8	2,1	2,4	1,8	1,5	3,0
15 - 24 anos	v. h. (%)	-0,6	-5,1	22,1	10,3	-7,4	5,6	0,3
25 - 44 anos	v. h. (%)	-3,0	1,6	0,1	-0,3	-0,5	-0,4	-0,8
45 anos ou mais	v. h. (%)	-1,2	0,5	-1,6	1,5	4,4	-0,2	4,3
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	-13,4	-16,2	-19,5	1,2	2,8	-12,5	-2,7
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	-1,9	-3,7	-3,0	-4,9	-3,9	-3,4	-1,6
Serviços	v. h. (%)	-0,2	5,5	5,5	4,0	4,0	3,7	4,3
Trabalhadores por conta de outrem – Centro								
	milhares	858,7	892,6	871,0	857,3	871,8	869,9	863,3
	v. h. (%)	-1,5	2,8	1,4	0,4	1,6	0,8	2,5
Contratos sem termo	v. h. (%)	0,2	5,1	3,4	0,3	1,9	2,3	2,4
Contratos com termo	v. h. (%)	-3,3	-5,5	-4,6	-1,2	-1,0	-3,7	1,8
Tempo completo	v. h. (%)	-0,8	2,4	1,1	1,0	2,3	0,9	2,9
Tempo parcial	v. h. (%)	-11,3	7,7	6,7	-6,8	-7,0	-1,4	-2,9
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	§	§	-2,6	§	-10,1	-4,2	-6,6
Básico	v. h. (%)	-3,9	-2,0	-6,3	-7,5	-4,4	-4,9	-0,2
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	6,1	16,1	9,2	9,1	3,0	10,1	1,1
Superior	v. h. (%)	-4,8	-2,6	6,1	3,9	10,4	0,5	8,6
Trabalhadores por conta própria – Centro								
	milhares	216,4	211,4	215,2	223,5	222,7	216,6	223,5
	v. h. (%)	-2,8	-6,7	-4,7	2,1	0,9	-3,1	-1,0
Isolados	v. h. (%)	0,7	-8,1	-6,6	3,2	0,2	-2,8	-1,4
Empregadores	v. h. (%)	-12,2	-2,4	0,9	-0,9	2,5	-3,9	0,0

§: Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado

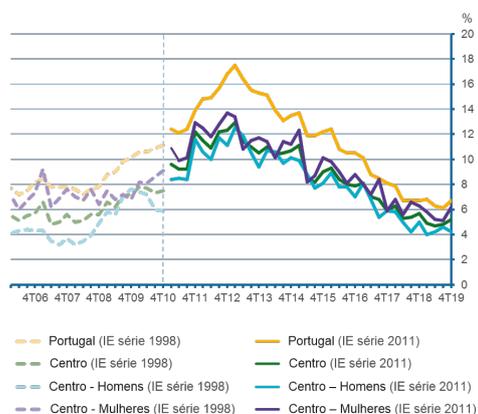
¹² Em alguns trimestres, no nível de escolaridade "Nenhum", não foi possível calcular as variações homólogas dado os valores absolutos não se encontrarem disponíveis por apresentarem desvio do padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados.

A taxa de desemprego¹³ regional foi de 5,2%, no quarto trimestre de 2019, correspondendo a uma diminuição de 0,5 p.p. face ao trimestre homólogo. Este valor foi novamente o mais baixo das sete regiões portuguesas e permaneceu inferior à média nacional, que foi de 6,7%. A taxa de desemprego das mulheres aumentou face ao trimestre anterior e manteve-se superior à dos homens (6,2% contra 4,2%).

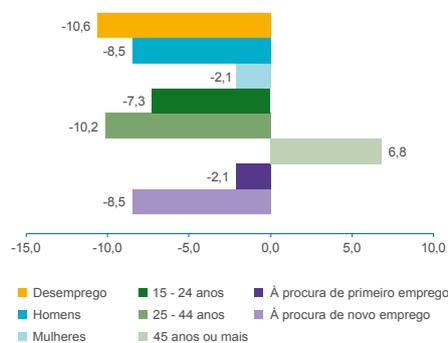
Neste período, na região, encontravam-se desempregados 59,0 mil indivíduos, mantendo-se a diminuição de 10,6% face a igual período do ano anterior. Das categorias de desempregados analisadas, apenas os desempregados com 45 ou mais anos observaram um acréscimo homólogo. Todas as restantes categorias registaram diminuições homólogas, tendo as mais expressivas ocorrido nos desempregados dos 15 aos 24 anos (-29,8%), nos homens desempregados (-18,4%), nos desempregados há 12 ou mais meses (-15,3%) e nos desempregados à procura do primeiro emprego (-13,5%).

¹³ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro no quarto trimestre de 2019 (%)



Quadro 4 – Desemprego		4T19	3T19	2T19	1T19	4T18	2019	2018	
								média trimestral	
Taxa de desemprego									
Portugal	%	6,7	6,1	6,3	6,8	6,7	6,5	7,0	
Centro	%	5,2	4,8	4,7	4,9	5,7	4,9	5,6	
	v. h. (p.p.)	-0,5	-0,6	-0,6	-1,4	-0,2	-0,7	-1,3	
Homens	%	4,2	4,6	4,2	4,0	5,0	4,3	5,0	
Mulheres	%	6,2	5,1	5,2	5,8	6,3	5,6	6,3	
15 - 24 anos	%	15,4	17,8	§	12,1	20,4	14,6	18,9	
25 - 44 anos	%	5,0	4,5	§	5,6	6,2	5,0	6,3	
45 anos ou mais	%	4,0	3,4	3,5	3,3	3,2	3,5	3,4	
População desempregada – Centro		milhares	59,0	56,3	54,1	55,8	66,0	56,3	65,3
	v. h. (%)	-10,6	-10,6	-10,4	-22,4	-2,2	-13,8	-18,2	
Homens	v. h. (%)	-18,4	7,1	-16,7	-31,2	-13,6	-16,1	-24,1	
Mulheres	v. h. (%)	-3,9	-22,5	-4,5	-14,2	10,2	-11,9	-12,2	
15 - 24 anos	v. h. (%)	-29,8	-7,9	x	-23,9	32,0	-22,7	-10,8	
25 - 44 anos	v. h. (%)	-21,7	-22,0	x	-25,0	2,7	-21,6	-10,0	
45 anos ou mais	v. h. (%)	23,7	4,2	13,4	-17,4	-24,6	4,5	-31,7	
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	-13,5	-27,1	-50,6	-18,4	33,3	-26,1	2,3	
À procura de novo emprego	v. h. (%)	-10,1	-7,7	-4,6	-22,9	-6,9	-11,9	-20,6	
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	-6,8	-10,4	-1,0	13,0	3,5	-1,9	-19,2	
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	-15,3	-10,8	-18,9	-47,8	-8,1	-25,1	-17,1	

§: Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado
x: Não disponível

No trimestre em análise, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da Região Centro fixou-se nos 849 euros, resultando num ligeiro crescimento homólogo real de 0,1%, que retoma a tendência de aumentos iniciada em 2017, apenas interrompida no trimestre anterior. De salientar que o salário médio da região continua abaixo da média nacional, que conheceu uma variação homóloga real de 1,5%, cifrando-se, neste trimestre, nos 912 euros.

Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho		4T19	3T19	2T19	1T19	4T18	2019	2018	
								média trimestral	
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)									
Portugal	€	912	909	911	902	896	909	888	
	v. h. real (%)	1,5	2,2	2,2	2,2	2,7	2,0	2,7	
Centro	€	849	846	855	849	846	850	838	
	v. h. real (%)	0,1	-0,3	1,9	2,8	3,5	1,1	3,1	

DESEMPREGO REGISTRADO

-6,1%

*desempregados
registados nos centros
de emprego regionais
do que no trimestre
homólogo e*

No quarto trimestre de 2019, os desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro continuaram a diminuir face ao período homólogo, alcançando um novo mínimo histórico, o que já sucede há três trimestres consecutivos. Também os novos desempregados mantiveram a tendência de quebra verificada há mais de quatro anos. As colocações realizadas pelo IEFP voltaram a diminuir face ao trimestre homólogo.

75

*colocações realizadas,
em média, por dia,
pelos centros de
emprego regionais*

Neste trimestre, encontravam-se inscritos 54,0 mil desempregados nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Região Centro, atingindo-se, pelo terceiro trimestre consecutivo, um mínimo histórico. Esta evolução regional traduziu-se numa diminuição homóloga de 6,1%, que apesar de dar continuidade à tendência de contrações homólogas observadas há mais de seis anos consecutivos, denotou um abrandamento face aos trimestres anteriores.

Para tal contribuiu a contração homóloga ocorrida nos novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região (-0,5%), que embora mantendo a tendência de quebra, verificada há mais de quatro anos consecutivos, foi menos expressiva. Neste trimestre, registaram-se, em média, por dia, 309 novos desempregados (aproximadamente os mesmos do período anterior e menos dois do que no trimestre homólogo).

As colocações efetuadas pelo IEFP registaram, neste trimestre, uma redução homóloga de 4,6%, intensificando o comportamento de quebra observado nos dois primeiros trimestres de 2019, apenas interrompido no período anterior. Em termos médios, ocorreram cerca de 75 colocações por dia.

Quadro 6 – Desemprego Registrado		4T19	3T19	2T19	1T19	4T18	2019	2018
							média trimestral	
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	54,0	54,1	54,6	59,3	57,5	55,5	61,5
	v. h. (%)	-6,1	-8,3	-10,7	-13,5	-16,6	-9,8	-18,1
Novos desempregados**	milhares	27,8	27,8	22,8	26,8	28,0	26,3	26,8
	v. h. (%)	-0,5	-2,2	-3,5	-0,8	-2,5	-1,7	-6,5
Colocações do IEFP**	milhares	6,7	8,4	7,9	8,1	7,0	7,8	7,8
	v. h. (%)	-4,6	1,7	-0,4	-0,4	10,0	-0,8	-0,5

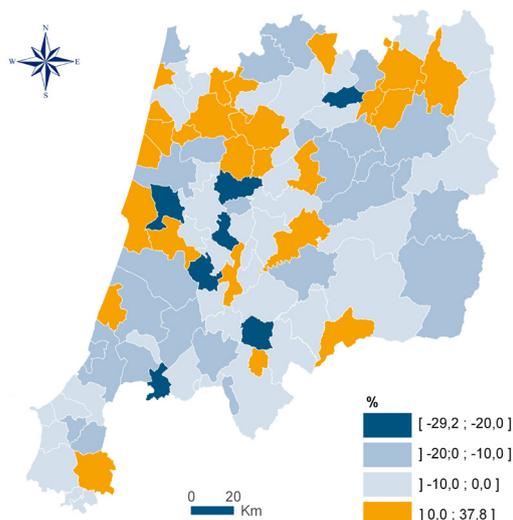
* valores médios trimestrais
**soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

¹⁴ O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma: $\frac{[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})]}{[(\text{desemprego registado})_{RC} / (\text{população média residente 15-64 anos})_{RC}] * 100}$, sendo, determinado município e _{RC} a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2018.

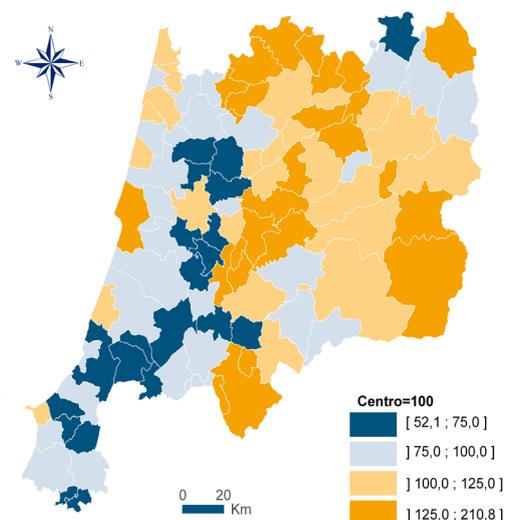
Analisando a evolução homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego por município, verificou-se que apenas em 25 municípios ocorreu um aumento do desemprego face a igual período do ano anterior, destacando-se com os maiores crescimentos homólogos, Sever do Vouga (37,8%), Trancoso (19,3%), Oliveira de Frades (18,4%), Mira (18,0%) e Oliveira do Bairro (17,6%). Nos restantes 75 municípios, o número de desempregados diminuiu, evidenciando-se, pelas significativas reduções homólogas, Penacova (-29,2%), Miranda do Corvo (-24,6%), Penalva do Castelo (-23,8%), Alcanena (-22,1%), Montemor-o-Velho (-21,8%), Vila de Rei (-21,2%) e Ansião (-20,2%).

Relativamente ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, neste trimestre, 51 municípios apresentavam uma situação mais favorável do que a média regional, ou seja índices de disparidade¹⁴ inferiores a 100. Os municípios mais bem posicionados eram Ourém (52,1), Batalha (60,0) e Vila de Rei (60,4). Dos 49 municípios com índices superiores à média regional, destacavam-se, com os valores mais elevados, os municípios de Vila Nova de Paiva (210,8) e Idanha-a-Nova (204,7).

Variação homóloga do desemprego registado por município no quarto trimestre de 2019



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no quarto trimestre de 2019¹⁴



EMPRESAS

-1,2%

foi a diminuição homóloga das empresas constituídas na região e

5,3%

foi o valor mais baixo dos últimos oito anos do peso dos empréstimos vencidos

No quarto trimestre de 2019, assistiu-se, na Região Centro e em Portugal, a uma diminuição das empresas constituídas e das ações de insolvência, face a igual período do ano anterior. Também os empréstimos concedidos às empresas mantiveram a tendência de queda. Já o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos apresentaram uma evolução decrescente, mas favorável, atingindo o valor mais baixo dos oito últimos anos.

Neste trimestre, foram constituídas 1.564 empresas na Região Centro, o que correspondeu a um aumento de 5,5% face ao período anterior, mas a uma diminuição de 1,2% face ao período homólogo, infletindo um ano de acréscimos sucessivos. Esta evolução regional foi ligeiramente superior ao decréscimo homólogo do número de constituições ocorridas a nível nacional (-1,1%). Em termos médios, foram criadas 17 novas empresas por dia na região, aproximadamente o mesmo número que no trimestre precedente, contribuindo para as 123 novas empresas criadas diariamente no país.

Na região registaram-se 312 ações de insolvência¹⁵ neste trimestre, o que se traduziu numa ligeira diminuição homóloga de 0,6%, inferior à variação nacional (-6,3%). Esta redução das insolvências dá continuidade à tendência de quebra observada há três anos e apenas interrompida no ano de 2018. Em Portugal ocorreram cerca de 18 ações de insolvência, em média, por dia, das quais aproximadamente três foram de empresas com sede na Região Centro.

Os empréstimos concedidos pela banca a sociedades não financeiras intensificaram ligeiramente a tendência negativa observada há mais de nove anos consecutivos. Ainda assim, a evolução homóloga real na região foi de -2,6%, enquanto a média nacional se situou nos -3,8%.

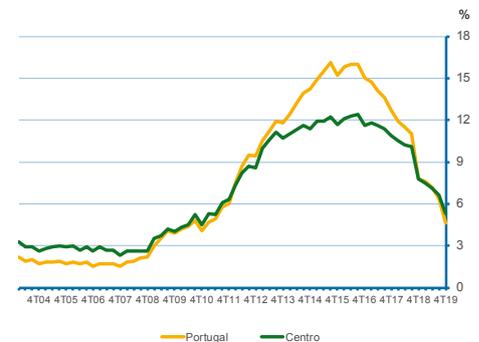
O incumprimento das empresas, medido pela importância dos empréstimos vencidos no total dos concedidos às sociedades não financeiras, diminuiu em relação ao trimestre homólogo (-2,5 pontos percentuais), tornando-se no valor mais baixo registado nos últimos oito anos. Deste modo, no quarto trimestre de 2019, este indicador fixou-se nos 5,3% na região, permanecendo acima da média do país (4,6%).

¹⁵ A Iberinform, Crédito y Caución disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras (variação homóloga real)



Peso dos empréstimos vencidos das sociedades não financeiras



Quadro 7 – Empresas		4T19	3T19	2T19	1T19	4T18	2019	2018	
								média trimestral	
Empresas constituídas									
Portugal	número	11.114	10.528	11.524	15.754	11.232	12.230	11.331	
	v. h. (%)	-1,1	10,8	2,7	17,8	14,6	7,9	11,9	
Centro	número	1.564	1.482	1.708	2.521	1.583	1.819	1.648	
	v. h. (%)	-1,2	8,9	3,5	26,4	19,1	10,4	7,0	
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras*									
Portugal	milhões €	67.123	69.118	70.229	69.302	69.590	68.943	71.702	
	v. h. real (%)	-3,8	-3,3	-3,2	-6,3	-5,6	-4,2	-4,9	
Centro	milhões €	12.607	13.106	13.231	12.999	12.917	12.986	13.371	
	v. h. real (%)	-2,6	-2,0	-2,8	-5,3	-2,5	-3,2	-1,8	
Empréstimos vencidos (em percentagem dos concedidos)*									
Portugal	%	4,6	6,4	7,2	7,6	7,8	6,5	10,6	
Centro	%	5,3	6,6	7,1	7,5	7,8	6,6	9,7	
Ações de insolvência									
Portugal	número	1.617	922	1.443	1.530	1.726	1.378	1.652	
	v. h. (%)	-6,3	-25,2	-24,9	-11,5	1,8	-16,6	-0,5	
Centro	número	312	173	268	274	314	257	304	
	v. h. (%)	-0,6	-25,8	-23,4	-14,4	2,3	-15,6	4,6	

* A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

1,3%

foi o aumento homólogo real das saídas intracomunitárias de bens na região e

-4,2%

foi a diminuição homóloga real das entradas de bens na região

No quarto trimestre de 2019, na Região Centro, observou-se uma variação homóloga real praticamente nula nas saídas de bens e um decréscimo homólogo real nas entradas de bens. O mercado extracomunitário foi o mais expressivo na variação regional das saídas e na diminuição das entradas.

As saídas de bens da Região Centro registaram, neste trimestre, uma variação homóloga real¹⁶ praticamente nula, situando-se abaixo da variação do total de saídas do país (que cresceram 8,2%, em termos homólogos reais). Para esta evolução regional contribuiu o expressivo decréscimo homólogo das saídas para o mercado extracomunitário (-4,9%), a par do crescimento das saídas para os países intracomunitários (1,3%).

Considerando as saídas de bens da região por grupos de produtos, tendo em conta as doze secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais¹⁷ da Região Centro, verificou-se que, neste trimestre, metade das secções analisadas explicaram negativamente a evolução regional, tendo a outra metade contribuído positivamente para essa variação. Das secções que contribuíram negativamente para evolução observada na região, destacam-se pelos maiores contributos as secções XVI “máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios” (-0,77%), VII “plástico e suas obras; borracha e suas obras” (-0,62%) e X “pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras” (-0,56%). Por contraste, das secções que explicaram positivamente a variação regional, sobressai pelo crescimento mais significativo a secção XVII “material de transporte” (0,54%).

¹⁶ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos (atualizados para a base 2016).

¹⁷ Das 21 secções da Nomenclatura Combinada foram escolhidas as que, no período em análise, assumiram conjuntamente uma importância superior a 93% e 92% do total das saídas e entradas de bens na Região Centro. Estas secções encontram-se identificadas nas fontes de informação.

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		4T19	3T19	2T19	1T19	4T18	2019	2018	
								média trimestral	
Saídas de bens									
Portugal	milhões €	15.400,1	14.142,0	15.335,6	15.020,6	14.338,8	14.974,6	14.451,6	
	v. h. real (%)	8,2	1,2	0,6	4,8	-0,2	3,7	3,1	
Intracomunitárias	milhões €	11.750,9	10.730,6	11.751,6	11.762,7	10.929,9	11.499,0	10.999,9	
	v. h. real (%)	8,3	2,3	1,4	6,3	2,9	4,6	5,8	
Extracomunitárias	milhões €	3.649,2	3.411,4	3.584,0	3.257,9	3.408,8	3.475,6	3.451,7	
	v. h. real (%)	7,9	-2,3	-1,9	-0,4	-8,8	0,7	-4,8	
Centro	milhões €	2.848,2	2.693,9	2.923,3	2.899,9	2.870,4	2.841,3	2.817,6	
	v. h. real (%)	0,0	3,0	-2,5	3,5	3,5	0,9	2,6	
Intracomunitárias	milhões €	2.265,7	2.141,9	2.374,4	2.328,7	2.253,1	2.277,7	2.252,5	
	v. h. real (%)	1,3	3,7	-2,5	2,5	3,0	1,2	3,3	
Extracomunitárias	milhões €	582,4	552,0	549,0	571,2	617,3	563,6	565,1	
	v. h. real (%)	-4,9	0,4	-2,9	7,5	5,5	-0,2	-0,4	
Entradas de bens									
Portugal	milhões €	20.252,5	19.407,2	20.645,3	20.012,9	19.631,7	20.079,5	18.841,0	
	v. h. real (%)	4,1	7,6	5,1	11,4	5,5	7,0	5,5	
Intracomunitárias	milhões €	15.717,3	14.688,9	15.755,6	15.241,8	15.201,8	15.350,9	14.278,3	
	v. h. real (%)	4,3	11,0	6,6	10,2	5,5	7,9	4,8	
Extracomunitárias	milhões €	4.535,2	4.718,3	4.889,7	4.771,1	4.429,9	4.728,6	4.562,6	
	v. h. real (%)	3,3	-1,6	0,6	15,4	5,6	4,0	8,0	
Centro	milhões €	2.372,1	2.386,3	2.643,0	2.526,3	2.499,6	2.481,9	2.497,0	
	v. h. real (%)	-4,2	3,9	-3,7	3,6	3,5	-0,2	5,3	
Intracomunitárias	milhões €	1.942,0	1.876,7	2.073,7	2.046,4	2.029,2	1.984,7	2.027,3	
	v. h. real (%)	-3,4	2,1	-6,1	1,1	0,7	-1,7	3,6	
Extracomunitárias	milhões €	430,1	509,6	569,3	480,0	470,3	497,2	469,7	
	v. h. real (%)	-7,7	11,1	6,6	16,1	17,3	6,3	13,1	

*Os valores de 2018 são provisórios e os de 2019 preliminares sendo revistos trimestralmente.

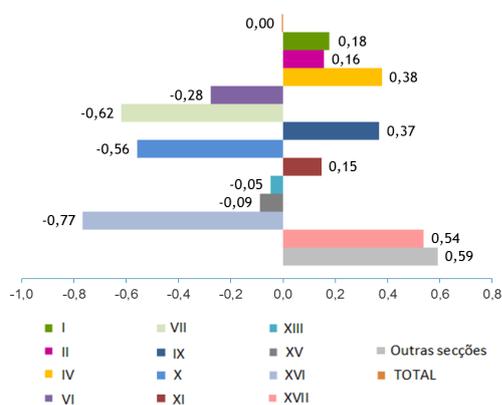
Os dados do comércio internacional foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2016. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

¹⁸ Dos diversos países com os quais a Região Centro estabelece relações comerciais foram escolhidos, nos mercados intra e extracomunitários, os que, neste trimestre, representavam no seu conjunto mais de 69% e 78% do total das saídas e das entradas de bens na região, respetivamente.

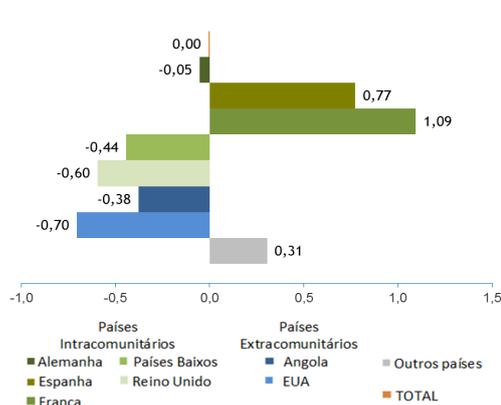
Analisando as saídas de bens da região tendo em consideração os países de destino com maior importância nas transações internacionais¹⁸ da Região Centro, constatou-se que, apesar da maioria dos países da União Europeia analisados contribuírem negativamente para a variação homóloga regional quase nula, o contributo positivo da Espanha e da França foi superior (conjuntamente explicaram em 1,87 p.p. a variação total). Já os dois países analisados no mercado extracomunitário explicaram negativamente esta evolução regional, com uma variação conjunta de -1,08 p.p..

Taxa de variação homóloga real das saídas de bens no Centro no quarto trimestre de 2019 (%)

Contributos das secções da Nomenclatura Combinada¹⁷



Contributos dos países¹⁸

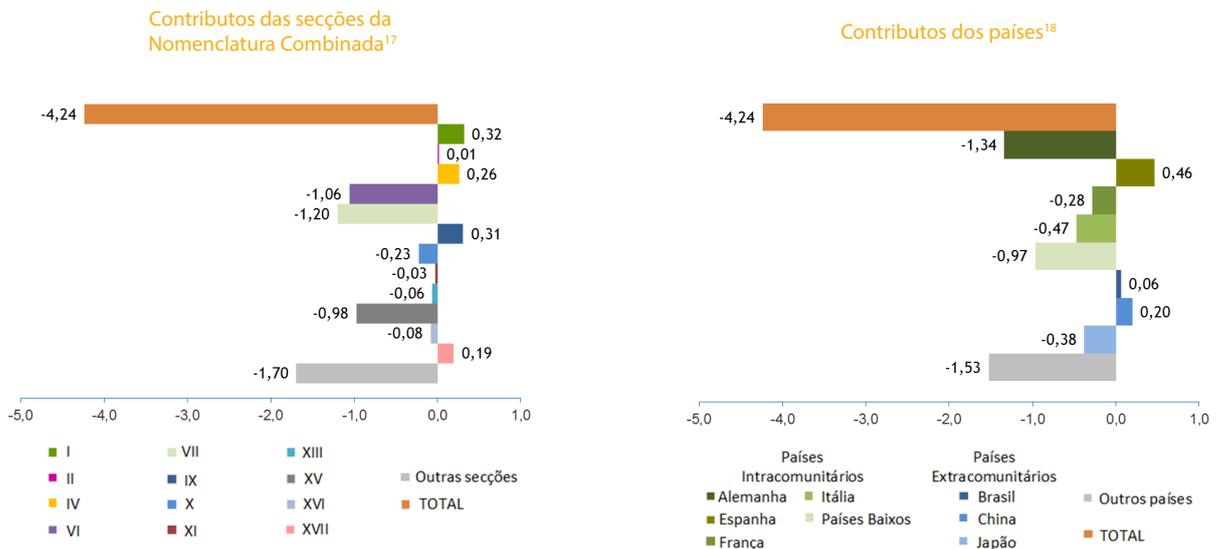


As entradas de bens na Região Centro registaram face a igual período do ano anterior uma diminuição real de -4,2%, contrariando o total nacional que cresceu 4,1% e infletido o comportamento positivo observado no trimestre anterior. Ambos os mercados intra e extracomunitários contribuíram para esta evolução regional negativa, tendo, no entanto, o decréscimo das entradas provenientes dos países fora da União Europeia sido mais significativo (-7,7% contra -3,4% dos países da União Europeia).

Em termos das entradas de bens dos 12 grupos de produtos com maior importância nas transações internacionais da região, observou-se que a maioria desses grupos contribuíram para a variação homóloga real negativa das entradas de bens, com destaque para as secções VII “plástico e suas obras; borracha e suas obras” (-1,20%), VI “produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas” (-1,06%) e XV “metais comuns e suas obras” (-0,98%). Das secções analisadas que contrariaram a evolução regional registada salientam-se pelos crescimentos mais significativos: I “animais vivos e produtos do reino animal” (0,32%) e IX “Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria” (0,31%).

No que respeita às entradas de bens na região por países de origem com maior relevância nas transações internacionais, verificou-se que a grande maioria dos países do mercado intracomunitário contribuíram para a redução homóloga regional de -4,2%. Os contributos negativos mais significativos ocorreram na Alemanha e nos Países Baixos (que conjuntamente justificaram em -2,31 p.p. a variação total). Dos países com relevo no mercado extracomunitário, a China e o Brasil, em conjunto, contrariaram em 0,26 p.p. a variação regional negativa registada no trimestre.

Taxa de variação homóloga real das entradas de bens no Centro no quarto trimestre de 2019 (%)



TURISMO

8,2%

foi o crescimento
homólogo real
dos hóspedes dos
estabelecimentos
hoteleiros da região e

7,4%

foi o acréscimo
homólogo real dos
proveitos desses
estabelecimentos

No quarto trimestre de 2019, o setor do turismo na região continuou a apresentar uma tendência positiva, evidenciada pelos crescimentos homólogos nos hóspedes, nas dormidas e nos proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico.

Neste trimestre, os estabelecimentos de alojamento turístico¹⁹ acolheram mais hóspedes do que em igual período do ano anterior. Na Região Centro, o crescimento homólogo foi de 8,2% e embora inferior ao da média nacional (8,7%), deu continuidade à evolução positiva verificada há mais de um ano. Se considerarmos apenas a hotelaria, excluindo assim o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local, o crescimento nos hóspedes foi de 7,2%.

Também as dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico da região registaram um aumento face ao período homólogo (6,3%), superior à média do país que aumentou em 5,0%.

Quadro 9 – Turismo		4T19	3T19	2T19	1T19	4T18	2019	2018
		média trimestral						
Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares	5.838	9.017	7.628	4.503	5.371	6.746	6.289
	v. h. (%)	8,7	5,8	9,1	5,4	6,1	7,3	5,3
Centro	milhares	924	1.389	1.136	676	853	1.031	974
	v. h. (%)	8,2	2,7	10,5	1,9	4,3	5,9	2,4
Hotelaria	milhares	735	1.055	901	538	686	807	773
	v. h. (%)	7,2	1,0	8,4	1,2	4,6	4,4	2,8
Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares	13.959	25.335	19.596	10.963	13.299	17.463	16.769
	v. h. (%)	5,0	2,9	6,4	2,0	4,5	4,1	3,2
Centro	milhares	1.515	2.612	1.901	1.074	1.425	1.776	1.694
	v. h. (%)	6,3	2,3	10,0	0,4	2,1	4,8	0,2
Hotelaria	milhares	1.193	1.975	1.499	840	1.134	1.377	1.335
	v. h. (%)	5,2	0,3	8,1	-1,1	2,9	3,1	0,3
Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares €	825.207	1.669.374	1.197.508	584.551	764.187	1.069.160	996.638
	v. h. real (%)	7,7	6,8	8,3	4,3	5,7	6,9	7,2
Centro	milhares €	76.662	132.851	92.502	53.112	71.224	88.782	83.198
	v. h. real (%)	7,4	4,4	10,9	3,1	4,0	6,4	4,2
Hotelaria	milhares	63.541	104.846	75.691	43.360	59.022	71.860	68.022
	v. h. real (%)	7,4	3,3	9,1	1,6	4,3	5,3	4,5
Estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	n.º noites	2,4	2,8	2,6	2,4	2,5	2,6	2,7
Centro	n.º noites	1,6	1,9	1,7	1,6	1,7	1,7	1,7

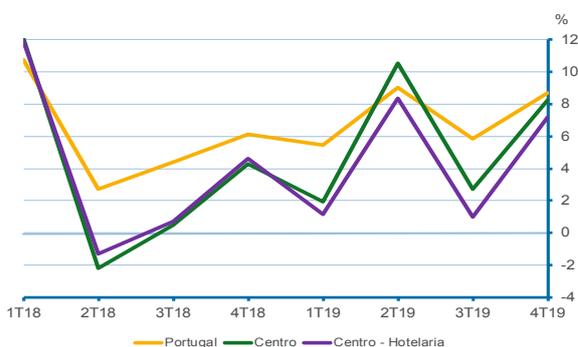
Desde a edição n.º 15 deste boletim que os dados absolutos se reportam à soma dos valores mensais em cada trimestre. Os valores de 2019 são provisórios, exceto os do mês mais recente que são preliminares.

¹⁹ O setor de alojamento turístico inclui a hotelaria, o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local. A hotelaria abrange hotéis, hotéis-apartamentos, Pousadas e Quintas da Madeira, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos.

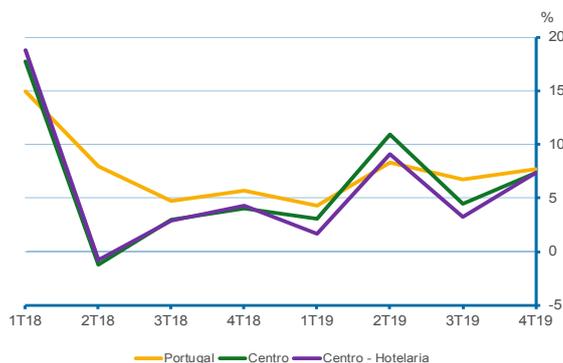
Os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico registaram um crescimento homólogo real na região e no país, de 7,4% e 7,7%, respetivamente. Para a evolução regional dos proveitos contribuiu o aumento homólogo real dos proveitos de aposento que cresceram 7,7% e que representavam, neste trimestre, cerca de 68% do total de proveitos em estabelecimentos de alojamento turístico.

A estada média na Região Centro e em Portugal cifrou-se em 1,6 e 2,4 noites, respetivamente, diminuindo, em ambos os casos, face à observada no período homólogo e anterior.

Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico
(variação homóloga)



Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico
(variação homóloga real)



CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

9,6%

foi o crescimento homólogo dos edifícios concluídos na região e

-23,9%

foi a diminuição homóloga real regional dos empréstimos à habitação vencidos, em queda há mais de três anos

No quarto trimestre de 2019, as obras concluídas evidenciaram uma evolução positiva na região, a avaliar pelos crescimentos homólogos registados em todos os indicadores, o que já sucede há dois anos. Em contraste, os edifícios licenciados na região continuaram a diminuir, com exceção das construções novas que aumentaram. Das variáveis relativas aos empréstimos à habitação, destaca-se novamente a evolução muito favorável dos empréstimos vencidos, que mantiveram uma quebra significativa.

Neste trimestre, foram licenciados, na região, 1.527 edifícios, o que se traduziu num decréscimo homólogo de 2,5%. Esta variação regional intensificou a evolução decrescente iniciada no segundo trimestre de 2019 e foi contrária à média nacional em que se observou um aumento de 1,5%. Os restantes indicadores do licenciamento apresentaram evoluções opostas entre si. Assim, face a igual período do ano anterior, o licenciamento de construções novas na região aumentou em 5,6%, dando continuidade à tendência de aumentos verificada desde o primeiro trimestre de 2018 e apenas interrompida no segundo trimestre de 2019. Já o licenciamento de novos fogos para habitação familiar diminuiu 4,9% em termos homólogos.

Os edifícios concluídos aumentaram 9,6%, na região, face a igual período do ano anterior, dando continuidade à evolução positiva verificada ao longo dos últimos dois anos. Este crescimento deveu-se ao acréscimo homólogo das conclusões de construções novas (10,9%). Também os fogos concluídos em construções novas para habitação familiar tiveram um aumento de 7,6%, em termos homólogos. Em termos nacionais manteve-se a evolução positiva significativa iniciada há três anos, com os edifícios concluídos a registar, neste trimestre, um crescimento homólogo de 17,6%.

Os empréstimos concedidos pelos bancos para habitação aumentaram no quarto trimestre de 2019, tendo sido observada uma variação homóloga real de 0,6% na região, superior à média nacional que apresentou uma variação praticamente nula. O valor registado pela Região Centro, neste trimestre, deu continuidade ao comportamento positivo do período anterior, que havia infletido mais de oito anos de diminuições homólogas consecutivas. Já os empréstimos à habitação vencidos na região continuaram a diminuir expressivamente (-23,9%), em termos homólogos reais, acompanhando a evolução nacional (-45,9%) e mantendo a tendência de quebras sucessivas verificada há mais de três anos. Também o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos à habitação diminuiu 0,4 p.p. na região e 0,7 p.p. no país face ao trimestre homólogo, cifrando-se, nos valores de 1,1% e 0,8%, respetivamente.

Na Região Centro, neste trimestre, a avaliação bancária da habitação aumentou 5,1% em termos homólogos reais, mantendo-se abaixo da média nacional, que cresceu 7,7%. Cada metro quadrado destinado à habitação na região foi avaliado pelas entidades bancárias em 1.055,3 euros (aproximadamente mais 53 euros por metro quadrado do que em igual período do ano anterior). Esta evolução regional traduz o maior valor da avaliação bancária dos últimos 11 anos. Em todas as sub-regiões da Região Centro, o valor médio da avaliação bancária aumentou em termos homólogos reais, destacando-se, pelas variações homólogas reais mais expressivas Viseu Dão-Lafões (6,7%), Médio Tejo (6,0%) e Região de Aveiro (5,7%).

Quadro 10 – Construção e Habitação		4T19	3T19	2T19	1T19	4T18	2019	2018
		média trimestral						
Edifícios licenciados*								
Portugal	número	5.767	5.755	5.879	6.222	5.682	5.906	5.568
	v. h. (%)	1,5	6,5	2,0	14,7	31,1	6,1	19,7
Centro	número	1.527	1.603	1.594	1.633	1.566	1.589	1.567
	v. h. (%)	-2,5	-0,4	-2,0	11,4	31,8	1,4	17,7
Construções novas	número	1.062	1.160	1.098	1.128	1.006	1.112	1.047
	v. h. (%)	5,6	10,1	-1,3	10,9	21,9	6,2	15,2
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	-4,9	16,8	-4,2	14,4	48,0	4,8	31,7
	Edifícios concluídos* **							
Portugal	número	4.379	4.081	3.875	3.715	3.723	4.013	3.371
	v. h. (%)	17,6	16,7	19,4	23,1	34,3	19,0	19,0
Centro	número	1.157	1.103	1.129	1.089	1.056	1.120	976
	v. h. (%)	9,6	7,3	22,7	20,9	39,3	15	15,7
Construções novas	número	854	803	808	810	770	819	720
	v. h. (%)	10,9	5,2	18,8	21,4	38,7	13,7	16,9
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	7,6	8,9	27,2	1,2	31,4	10,7	28,0
	Empréstimos concedidos para habitação***							
Portugal	v. h. real (%)	0,0	0,2	-0,4	-0,9	-1,0	-0,3	-1,8
	v. h. real (%)	0,6	0,1	-0,6	-1,0	-1,1	-0,2	-1,4
Centro	v. h. real (%)	-45,9	-44,0	-35,5	-34,2	-31,2	-39,3	-15,3
	v. h. real (%)	-23,9	-35,0	-33,4	-30,6	-30,0	-31,1	-13,3
Empréstimos à habitação vencidos***								
Portugal	v. h. real (%)	-45,9	-44,0	-35,5	-34,2	-31,2	-39,3	-15,3
	v. h. real (%)	-23,9	-35,0	-33,4	-30,6	-30,0	-31,1	-13,3
Centro	v. h. real (%)	-45,9	-44,0	-35,5	-34,2	-31,2	-39,3	-15,3
	v. h. real (%)	-23,9	-35,0	-33,4	-30,6	-30,0	-31,1	-13,3
Avaliação bancária da habitação								
Portugal	€/m ²	1.312,3	1.290,0	1.264,3	1.237,3	1.215,7	1.276,0	1.186,8
	v. h. real (%)	7,7	8,0	7,0	5,9	5,3	7,2	4,7
Centro	€/m ²	1.055,3	1.043,0	1.034,7	1.007,7	1.002,0	1.035,2	977,2
	v. h. real (%)	5,1	5,9	7,1	4,3	4,1	5,6	4,4

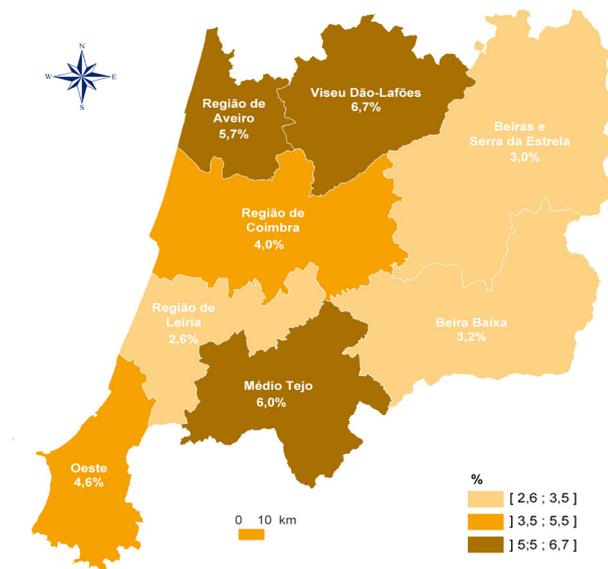
* O total integra construções novas, ampliações, alterações e reconstruções.

** A informação para os anos de 2018 e 2019 corresponde a dados preliminares e baseia-se nas Estimativas de Obras Concluídas.

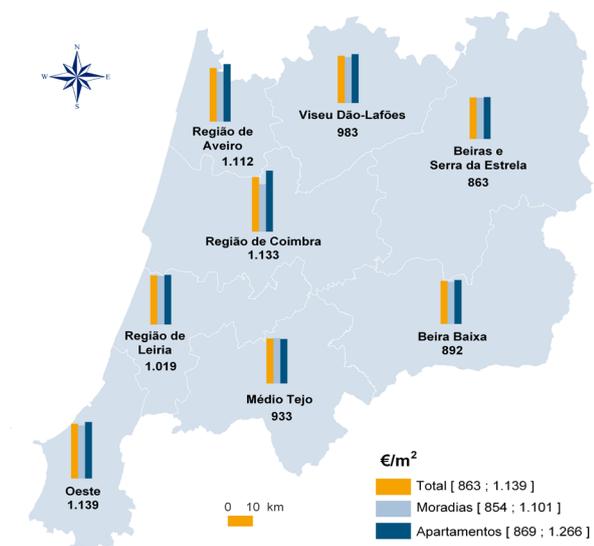
*** A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

As duas tipologias de habitação (moradias e apartamentos) contribuíram para esta evolução positiva da avaliação bancária da habitação na região, tendo-se verificado um crescimento homólogo real de 6,2% no valor médio da avaliação bancária dos apartamentos e de 3,3% nas moradias. O Oeste foi novamente a sub-região com a avaliação mais elevada, mantendo o valor registado no trimestre anterior (1.139€/m²), e continuou a evidenciar a valorização mais alta nas moradias (1.101€/m²). A Região de Coimbra foi, como habitual, a sub-região onde os apartamentos eram mais valorizados (1.266€/m²), enquanto a valorização menos elevada ocorria nas Beiras e Serra da Estrela (869€/m²). Esta sub-região foi também a menos valorizada em termos médios globais (863€/m²) e onde as moradias apresentaram a avaliação mais baixa (854€/m²).

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no quarto trimestre de 2019



Avaliação bancária da habitação no quarto trimestre de 2019



PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

-0,03%

foi a taxa de inflação
homóloga regional no
trimestre

No quarto trimestre de 2019, o Índice de Preços no Consumidor continuou a diminuir na Região Centro, face ao período homólogo, contrariando a evolução nacional. Quase todos os indicadores representativos do consumo privado apresentaram evoluções positivas.

19,6%

foi o crescimento
regional dos
empréstimos
concedidos para
consumo e outros fins

O nível médio de preços na região, avaliados pelo Índice de Preços no Consumidor, registou uma ligeira diminuição de 0,03%, em termos homólogos. Esta evolução regional contrariou a média nacional (que neste trimestre cresceu 0,25%) e manteve o comportamento de quebra observado no trimestre anterior, que havia infletido quatro anos de aumentos sucessivos. Na região, cinco das classes de despesa registaram esta diminuição dos preços, destacando-se com as quebras homólogas mais significativas as “comunicações” (-3,84%), o “vestuário e calçado” (-2,67%) e os “acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação” (-1,97%). Em contraste e com variações menos expressivas, as restantes sete classes de despesa observaram variações homólogas positivas, com realce para os “bens e serviços diversos” (1,78%), as “bebidas alcoólicas e tabaco” (1,44%) e os “transportes” (0,90%).

Quadro 11 – Preços		4T19	3T19	2T19	1T19	4T18	2019	2018
		média trimestral						
Índice de Preços no Consumidor – IPC								
Portugal	v. h. (%)	0,25	-0,17	0,53	0,75	0,83	0,34	0,99
Centro	v. h. (%)	-0,03	-0,09	0,53	0,86	1,00	0,32	1,10
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	0,46	0,02	-0,18	0,91	0,20	0,30	0,74
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	1,44	1,29	2,04	2,06	2,52	1,71	2,25
Vestuário e calçado	v. h. (%)	-2,67	-2,07	-2,14	-1,20	-2,82	-2,04	-2,97
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	-1,36	-1,14	0,08	-0,08	2,69	-0,63	2,32
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	-1,97	-1,55	-1,17	-0,95	-0,54	-1,41	-0,50
Saúde	v. h. (%)	0,73	1,08	1,04	1,17	1,14	1,00	1,23
Transportes	v. h. (%)	0,90	0,54	2,32	2,21	3,30	1,48	2,80
Comunicações	v. h. (%)	-3,84	-3,82	-2,36	0,17	0,32	-2,46	0,53
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	0,13	-0,23	0,15	-0,42	-0,40	-0,09	0,01
Educação	v. h. (%)	-1,92	1,23	1,19	1,16	1,14	0,41	1,48
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	0,68	0,35	1,35	1,43	1,37	0,95	2,22
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	1,78	1,56	2,07	2,03	1,48	1,86	0,93

No que se refere aos indicadores que pretendem aferir o consumo privado assistiu-se, no quarto trimestre de 2019, na região e no país, ao crescimento homólogo real das compras em terminais de pagamento automático, dos pagamentos, dos levantamentos em caixas multibanco e das importações de bens de consumo.

Também os empréstimos concedidos para consumo aumentaram expressivamente, na Região Centro, em termos homólogos reais (19,6%). Esta evolução regional posiciona a região acima da média do país (14,2%) e dá continuidade à tendência de crescimento observada há mais de dois anos consecutivos. Já o peso regional dos empréstimos vencidos para consumo no total dos concedidos fixou-se nos 4,2%, igualando o valor observado no período homólogo e que é o mais baixo dos últimos 11 anos.

Por oposição, as receitas de cinema sofreram uma quebra homóloga real de 3,4%, contrariando o comportamento observado nos dois trimestres precedentes, mas acompanhando o padrão nacional (que registou uma contração homóloga real de 1,2%).

Quadro 12 – Consumo Privado		4T19	3T19	2T19	1T19	4T18	2019	2018	
								média trimestral	
Entradas intracomunitárias de bens de consumo*									
Portugal	v. h. real (%)	8,1	8,2	2,3	5,8	2,7	6,1	0,5	
Centro	v. h. real (%)	3,3	4,6	-1,1	6,8	5,3	3,2	1,5	
Receitas de cinema**									
Portugal	v. h. real (%)	-1,2	22,3	21,2	-17,3	12,3	5,4	-4,6	
Centro	v. h. real (%)	-3,4	24,6	19,5	-24,0	13,7	3,4	-9,7	
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins***									
Portugal	v. h. real (%)	14,2	13,0	12,1	1,7	3,0	10,3	3,1	
Centro	v. h. real (%)	19,6	17,6	17,0	5,0	5,1	14,9	4,4	
Empréstimos vencidos para consumo e outros fins*** (em percentagem dos concedidos)									
Portugal	%	6,7	7,4	7,8	7,9	8,5	7,5	9,7	
Centro	%	4,2	4,4	4,6	4,4	4,2	4,4	5,3	
Levantamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)	2,7	1,7	2,0	2,6	2,5	2,2	1,4	
Centro	v. h. real (%)	3,5	1,7	3,1	2,8	2,8	2,7	2,0	
Pagamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)	4,9	5,4	1,1	4,2	4,6	3,9	4,8	
Centro	v. h. real (%)	4,9	5,3	0,9	3,5	5,2	3,7	4,6	
Compras em terminais de pagamento automático									
Portugal	v. h. real (%)	7,7	8,0	9,3	7,2	7,5	8,0	8,0	
Centro	v. h. real (%)	9,2	7,9	9,9	8,2	8,8	8,8	8,6	

* A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2018 são provisórios e os de 2019 preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2016.

** Os dados de 2019 das receitas de cinema são provisórios.

*** A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade para os cinco fundos europeus estruturais e de investimento (Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional - FEDER, Fundo de Coesão - FC, Fundo Social Europeu - FSE, Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural - FEADER e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca - FEAMP), em regiões menos desenvolvidas quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região em transição (Algarve) e regiões desenvolvidas (Lisboa e Madeira).

O PORTUGAL 2020 consiste no acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos cinco fundos e no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, prosseguindo a estratégia Europa 2020. O PORTUGAL 2020 é operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem, tal como no período anterior, os programas de cooperação territorial nos quais Portugal participará a par com outros estados membros: os quatro Programas Operacionais Temáticos do Continente (competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos); os sete Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira), três Programas de Desenvolvimento Rural (um para o Continente e dois para as Regiões Autónomas), um Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (Programa Operacional MAR 2020) e ainda um Programa Operacional de Assistência Técnica.

A dotação do PORTUGAL 2020 para o período de programação 2014-2020 é de 25,8 mil milhões de euros, destinada a estimular o crescimento e a criação de emprego. Esta dotação corresponde ao conjunto dos fundos que são atribuídos no âmbito dos 16 Programas Operacionais (temáticos e regionais). No caso dos promotores da Região Centro, estes poderão beneficiar da dotação global do Programa Operacional Regional CENTRO 2020 (2.155 milhões de euros) e ainda de concursos abertos no âmbito dos quatro Programas Operacionais Temáticos, do Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente e do Programa Operacional MAR 2020.

PORTUGAL 2020 NA REGIÃO CENTRO

6,0 mil milhões de euros

de fundos europeus aprovados para a Região Centro até 31 de dezembro de 2019 e

68,7%

é a taxa de realização de fundo europeu aprovado no Programa Operacional Capital Humano na Região Centro

²⁰ No final de 2019, apenas 2% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020 não se encontravam distribuídos em termos de NUTS II, tratando-se de operações com investimento em mais do que uma região. A territorialização dos fundos europeus aprovados tem por base a localização das operações.

No PORTUGAL 2020, até 31 de dezembro de 2019, estavam aprovados 6,0 mil milhões de euros de fundos europeus para apoiar 9,2 mil milhões de euros de investimentos na Região Centro. O COMPETE 2020 mantinha-se como o programa operacional com mais relevância na região e o FEDER o fundo que cofinanciou a maioria dos montantes aprovados.

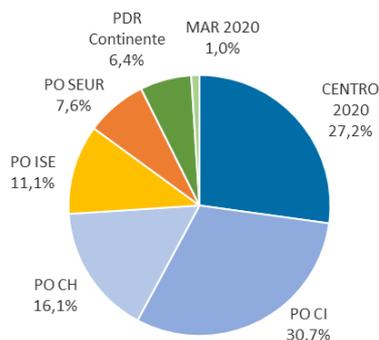
No final de 2019, encontravam-se aprovados 6,0 mil milhões de euros de fundos europeus para aplicação na Região Centro, oriundos dos vários Programas Operacionais do PORTUGAL 2020, correspondendo a um volume de investimento elegível de 9,2 mil milhões de euros²⁰. Estes apoios absorvidos pela Região Centro correspondiam a 25,8% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020. Face ao trimestre anterior, ocorreu um aumento de 250,0 milhões de euros nos apoios à região.

O COMPETE 2020 (Programa Operacional Competitividade e Internacionalização – PO CI) era o programa operacional com mais relevância na região, sendo responsável por 30,7% dos apoios captados. Juntamente com o CENTRO 2020 (Programa Operacional Regional) e o PO CH (Programa Operacional Capital Humano) mobilizaram para a região 74,0% dos montantes aprovados, correspondendo a 4,5 mil milhões de euros de fundos europeus. O MAR 2020 era o programa operacional menos relevante (1,0%), com apenas 60,7 milhões de euros aprovados no Centro.

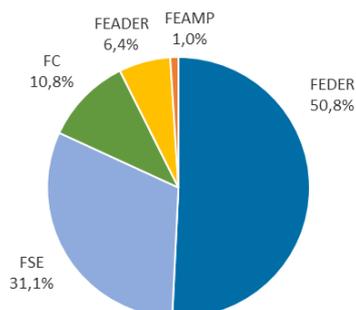
A maioria das aprovações na região teve cofinanciamento FEDER, cujo volume de apoio ascendia a 3,1 mil milhões de euros (50,8%). Seguia-se o FSE, com 31,1% do total de fundos europeus aprovados, correspondendo a 1,9 mil milhões de euros. O FEAMP (que cofinancia unicamente o MAR 2020) tinha pouca expressão na região.

Fundo europeu aprovado no PORTUGAL 2020, na Região Centro (31 de dezembro de 2019)

Por Programa Operacional



Por Fundo Financiador



PO CI – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização
PO CH – Programa Operacional Capital Humano
PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
PO SEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos
PDR – Programa de Desenvolvimento Rural
MAR 2020 – Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

FEDER – Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional
FSE – Fundo Social Europeu
FC – Fundo de Coesão
FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAMP - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca

Programas Operacionais Temáticos do PORTUGAL 2020 no Centro

Até final de 2019, estavam aprovados 4,4 mil milhões de euros de fundos europeus para a Região Centro, nos vários Programas Operacionais temáticos do PORTUGAL 2020 – PO CI, PO CH, PO ISE, PO SEUR – e do PDR e MAR 2020, envolvendo os cinco Fundos Estruturais e de Investimento Europeus – FEDER, FSE, FC, FEADER e FEAMP. Este volume de apoio correspondia a um total de investimento/despesa elegível na região de 6,6 mil milhões de euros.

Quadro 13 - Aprovações e Execução Financeira nos Programas Operacionais Temáticos do PORTUGAL 2020 na Região Centro (31 de dezembro de 2019)	Aprovações		Execução Financeira		
	Despesa elegível	Fundo europeu	Despesa elegível	Fundo europeu	Taxa de realização de fundo*
	Milhares de euros		Milhares de euros		%
Total - Centro	6.635.421	4.385.949	x	x	x
Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI)	3.278.471	1.846.430	1.380.463	777.519	42,1
Programa Operacional Capital Humano (PO CH)	1.142.563	971.178	784.997	667.255	68,7
Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)	778.302	668.815	364.597	315.075	47,1
Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)	564.831	456.225	216.618	184.342	40,4
Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR)	732.911	382.616	x	x	x
Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (MAR 2020)	138.343	60.685	x	20.728	34,2

x - valor não disponível
* - fundo executado / fundo aprovado x 100

No **Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI)** – COMPETE 2020, orientado para a melhoria da competitividade através do conhecimento e da inovação e para a promoção da internacionalização da economia portuguesa, até ao final de 2019, estavam aprovados 3,3 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundo europeu de 1,8 mil milhões de euros. O fundo executado ascendia a 777,5 milhões de euros, resultando numa taxa de realização deste programa operacional na região de 42,1%. Relativamente ao trimestre anterior, registou-se um acréscimo de fundos aprovados de 38,2 milhões de euros e de fundos executados de 124,6 milhões de euros, que se refletiu num aumento de 6,0 pontos percentuais na taxa de realização.

O sistema de incentivos às empresas, no seu conjunto, absorvia uma parcela muito significativa dos fundos europeus aprovados no COMPETE 2020 na região (71,6%). Neste instrumento de apoio às empresas prevaleciam os incentivos à inovação empresarial (que este trimestre sofreram um acréscimo de 17,0 milhões de euros, totalizando 924,6 milhões de euros de fundos aprovados no final de 2019), bastante distanciados dos incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico e à qualificação das pequenas e médias empresas (PME) (209,0 e 188,9 milhões de euros de fundos aprovados, respetivamente). O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica (SAICT) concentrava 7,4% do fundo europeu aprovado e o sistema de apoio a ações coletivas (SAAC) 3,4%.

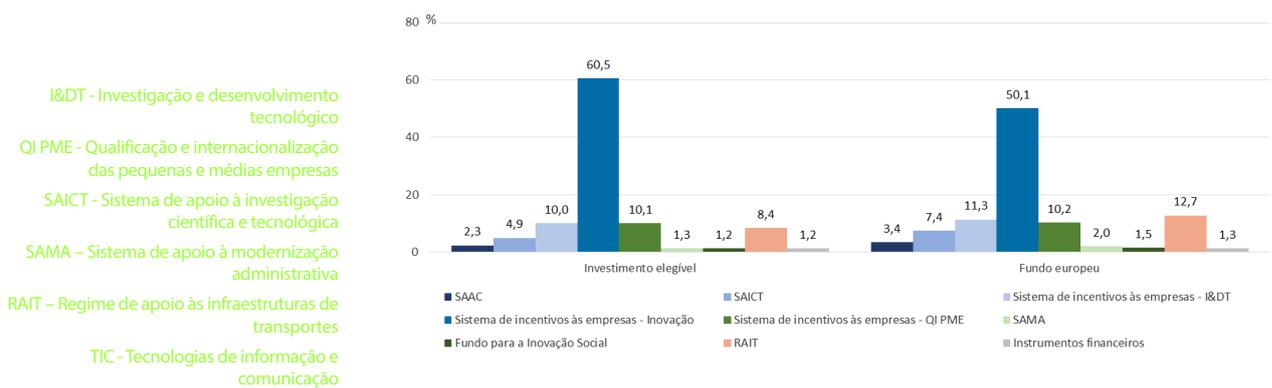
O regime de apoio às infraestruturas de transportes (RAIT) absorvia 12,7% do incentivo aprovado, correspondendo a 235,1 milhões de euros de fundos europeus. Deste valor, 191,6 milhões de euros eram oriundos do Fundo de Coesão e respeitavam a intervenções na Região Centro em ferrovia e portos pertencentes a redes transeuropeias de transportes, designadamente na Linha do Norte (123,2 milhões de euros para modernização dos troços Alfarelos-Pampilhosa, Ovar-Gaia e Santana-Cartaxo-Entroncamento), na Linha da Beira Baixa (60,6 milhões de euros para modernização do troço Castelo Branco/Covilhã/Guarda) e no Porto de Aveiro (7,8 milhões de euros). Os restantes 43,5 milhões de euros provinham de

FEDER, sendo referentes a investimentos na ferrovia não integrada em redes transeuropeias, mais concretamente em operações de modernização do troço Meleças - Caldas da Rainha, na Linha do Oeste.

O sistema de apoio à modernização administrativa (SAMA) correspondia a 2,0% do fundo europeu aprovado, tratando-se de ações de promoção das TIC na administração e serviços públicos, de ações de capacitação e modernização dos serviços públicos e de formação dos trabalhadores em funções públicas. De destacar, por exemplo, o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E., com três projetos aprovados que totalizam 4,2 milhões de euros de incentivo aprovado para transformação digital e modernização dos sistemas de informação e tecnologias de informação e comunicação nesta entidade.

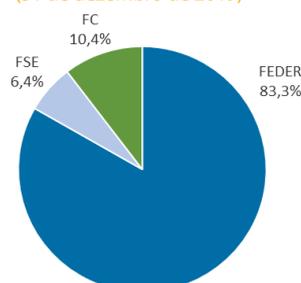
De referir ainda o Fundo para a Inovação Social²¹, com um montante de 28,0 milhões de euros de FSE aprovado para a Região Centro (1,5%). Trata-se de um instrumento financeiro destinado a fomentar o investimento social e a facilitar o acesso a financiamento por parte de organizações sociais e PME que pretendam desenvolver projetos de inovação e empreendedorismo social. Outro instrumento financeiro com incidência na região é o Fundo de Fundos para a Gestão de Instrumentos Financeiros de Capital e Quase-Capital, instrumento vocacionado para a capitalização de PME que promovam o empreendedorismo qualificado e criativo, com um FEDER aprovado, na Região Centro, de 24,0 milhões de euros (1,3%).

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por tipologia de operação (31 de dezembro de 2019)



A grande maioria do fundo europeu aprovado do COMPETE 2020 na região teve cofinanciamento FEDER (83,3%), existindo também comparticipações pelo Fundo de Coesão (10,4%), correspondendo ao já referido regime de apoio às infraestruturas de transportes, e pelo FSE (6,4%). No caso do FSE, trata-se do cofinanciamento de formação de empresários e trabalhadores de empresas, integrada em candidaturas ao sistema de incentivos às empresas (inovação e QI PME), de formação-ação para PME no âmbito do sistema de incentivos à QI PME, do cofinanciamento de formação integrada em candidaturas ao SAMA, do Fundo para a Inovação Social e do cofinanciamento da medida “StartUP Voucher”, que visa promover o desenvolvimento de projetos empresariais de jovens, que se encontrem em fase de ideia,

Distribuição do fundo europeu aprovado no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por fundo financiador (31 de dezembro de 2019)



²¹ Em termos programáticos, o Fundo para a Inovação Social tinha sido integrado no PO ISE mas, com a reprogramação do PORTUGAL 2020 (em dezembro de 2018), foi transferido para o COMPETE 2020.

facultando um conjunto de ferramentas técnicas e financeiras que viabilizem a consequente criação de novas empresas, integrada no SAAC. De salientar que, neste trimestre, a quase totalidade do acréscimo de fundo europeu aprovado foi financiado por FEDER, cujo aumento foi de 35,6 milhões de euros (correspondendo a 93,2% do total).

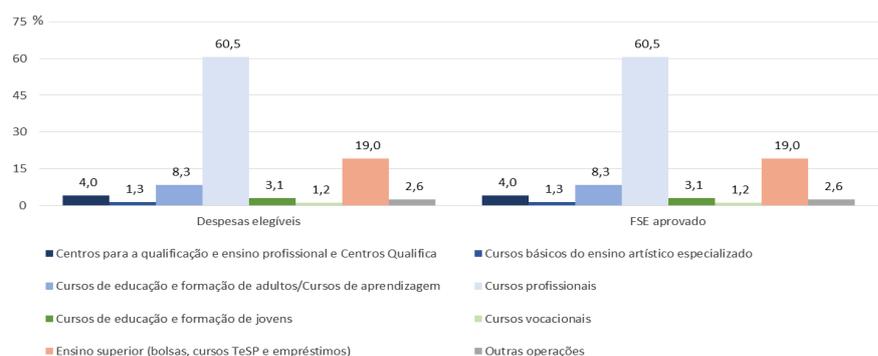
No **Programa Operacional Capital Humano (PO CH)**, que visa uma melhor educação e a qualificação das pessoas, fator determinante no desenvolvimento e na competitividade das regiões, até 31 de dezembro de 2019, na Região Centro, estavam aprovados 971,2 milhões de euros de FSE, correspondendo a um total de despesa elegível de 1,1 mil milhões de euros. O fundo executado ascendia a 667,3 milhões de euros, traduzindo-se numa taxa de realização deste programa operacional na região de 68,7% (a mais elevada de entre os vários programas operacionais). Neste trimestre registou-se um acréscimo de 44,8 milhões de euros no fundo executado, tendo os apoios aprovados aumentado apenas 7,3 milhões de euros. Como repercussão, a taxa de realização subiu 4,1 pontos percentuais.

Do apoio aprovado, 60,5% destinavam-se a cofinanciar cursos profissionais (correspondendo a 588,0 milhões de euros de FSE), visando a melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrada para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho. Os apoios destinados a reforçar a formação superior e avançada concentravam 19,0% do fundo europeu aprovado, traduzindo-se, sobretudo, em bolsas de estudo para alunos carenciados, mas também em bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, apoio a cursos técnicos superiores profissionais (TeSP) e financiamento de uma linha de crédito para estudantes do ensino superior²².

²² Após a reprogramação do PORTUGAL 2020, os cursos TeSP, os programas de doutoramento e as bolsas de pós-doutoramento, bem como as bolsas de ensino superior para alunos carenciados, deixam de ser elegíveis no PO CH, mantendo-se neste programa operacional apenas o apoio aos empréstimos reembolsáveis a alunos do ensino superior. Nos dois primeiros casos, os apoios passam a ser assegurados pelo PO regional, enquanto as bolsas para apoio à frequência do ensino superior por alunos carenciados passam a ser apoiados pelo PO ISE.

Das restantes ações, destacavam-se ainda os cursos de educação e formação de adultos/sistema de aprendizagem (8,3%), que visam a atualização do conhecimento, das qualificações e das competências dos trabalhadores adultos, e os apoios aos Centros para a Qualificação e Ensino Profissional e Centro Qualifica (4,0%), direcionados a jovens e adultos que procuram desenvolver ou certificar as suas competências.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Capital Humano (PO CH), na Região Centro, por tipologia de operação (31 de dezembro de 2019)



No **Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)**, qque pretende promover uma economia baseada em elevadas taxas de emprego, na melhoria das qualificações e na luta contra a pobreza e exclusão social, no final de 2019, estavam aprovados, na Região Centro, 778,3 milhões de euros de despesa elegível e 668,8 milhões de euros de FSE. O fundo validado totalizava 315,1 milhões de euros, perfazendo uma taxa de realização do PO ISE na região de 47,1%. Neste trimestre, o fundo aprovado aumentou 55,1 milhões de euros e o fundo executado 50,5 milhões de euros, o que conduziu a um aumento da taxa de realização em 4,0 pontos percentuais.

A inclusão ativa de pessoas com deficiência ou incapacidade absorvia 21,8% do FSE aprovado (145,7 milhões de euros), tratando-se de emprego apoiado e de cursos/ações que possibilitam a aquisição e o desenvolvimento de competências e qualificações profissionais, tendo em

vista potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiência e incapacidade, orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho. O FSE aprovado nesta tipologia conheceu, neste trimestre, um acréscimo bastante significativo: 45,0 milhões de euros.

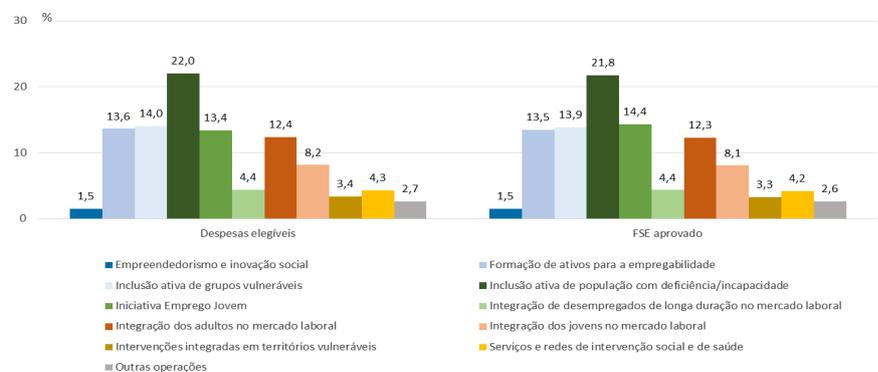
Outra parte relevante do fundo aprovado (14,4%, correspondendo a 96,1 milhões de euros) respeitava a projetos da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ), correspondendo sobretudo a estágios em empresas, na administração pública e em contexto internacional, apoios à contratação e ações de qualificação/educação, que visam a integração sustentável no mercado laboral dos jovens que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação (incluindo jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas). A IEJ apoia assim a concretização da Garantia para a Juventude, segundo a qual os países da União Europeia devem tomar medidas para assegurar que, no prazo de quatro meses após ficarem desempregados ou saírem do sistema de ensino, todos os jovens com menos de 25 anos possam beneficiar de uma oferta de emprego adequada, continuem a estudar ou façam um estágio ou uma formação em regime de aprendizagem.

A inclusão de grupos vulneráveis concentrava 13,9% do FSE aprovado (92,9 milhões de euros), tratando-se sobretudo de bolsas de estudo para alunos carenciados²³, que visam melhorar as possibilidades de acesso dos estudantes socialmente desfavorecidos ao ensino superior (76,4 milhões de euros), mas também de ações de capacitação para a inclusão que apostam, fundamentalmente, no desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente vulneráveis (16,5 milhões de euros de FSE).

De referir ainda, a formação de ativos para a empregabilidade (formação modular para empregados e desempregados), que representava 13,5% do FSE aprovado, a integração de adultos no mercado laboral (12,3%) e a integração de jovens fora do âmbito da Iniciativa Emprego Jovem no mercado de trabalho (8,1%), traduzindo-se estas duas últimas tipologias em estágios e apoios à contratação que visam estimular a criação líquida de emprego.

²³ Como já referido anteriormente, com a reprogramação do PORTUGAL 2020, as bolsas de ensino superior para alunos carenciados passaram a ser apoiadas por este programa operacional e deixaram de ser elegíveis no PO CH.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), na Região Centro, por tipologia de operação (31 de dezembro de 2019)



No **Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)**, que pretende responder aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos e na promoção de maior resiliência face aos riscos climáticos e às catástrofes, até 31 de dezembro de 2019, estavam aprovados, na Região Centro, 564,8 milhões de euros de despesa elegível e 456,2 milhões de euros de fundo de coesão. A taxa de realização deste programa operacional na Região Centro era de 40,4%, com o fundo validado a ascender a 184,3 milhões de euros. Neste trimestre, os fundos aprovados aumentaram 52,4 milhões de euros e os fundos executados 24,8 milhões de euros, o que permitiu um acréscimo de 0,9 pontos percentuais na taxa de realização.

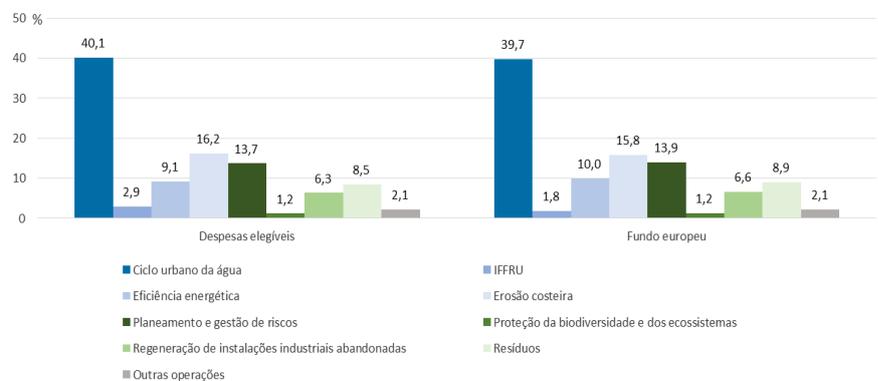
O ciclo urbano da água absorvia 39,7% do fundo europeu aprovado (181,0 milhões de euros, tendo, neste trimestre, ocorrido um acréscimo de 23,4 milhões de euros de FC aprovado) respeitando, na sua maioria, a projetos para a concretização e remodelação de estações de

tratamento de águas residuais, elaboração de cadastros das infraestruturas em baixa de abastecimento de água e investimentos em drenagem e execução de redes de saneamento de águas residuais.

Os projetos de prevenção da erosão costeira (um tipo de risco específico que afeta o nosso território) absorviam 15,8% do fundo aprovado, totalizando 72,0 milhões de euros (após o aumento de 19,9 milhões de euros verificado neste trimestre). Destacavam-se, pelos elevados apoios, as operações de transposição de sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico na Região de Aveiro (17,6 milhões de euros), de desassoreamento da zona superior da lagoa de Óbidos (13,6 milhões de euros), de alimentação artificial da praia no troço costeiro a sul da Figueira da Foz, Cova Gala - Costa de Lavos (13,5 milhões de euros) e de alimentação artificial do troço costeiro da Costa Nova - Vagueira com areias provenientes do Porto de Aveiro (4,3 milhões de euros).

As operações relacionadas com planeamento e gestão de riscos totalizavam 63,5 milhões de euros, representando 13,9% do incentivo aprovado. Tratam-se de abordagens direcionadas para a prevenção de riscos específicos como cheias/inundações e incêndios florestais, mas também de instrumentos de previsão, planeamento, monitorização e gestão para assegurar a resiliência do sistema de proteção civil face à diversidade de riscos. Nesta tipologia destacavam-se, pelos montantes de fundo europeu aprovado, as operações de desassoreamento do rio Mondego e estabilização da margem direita do Rio Mondego entre a Ponte Santa Clara e o Açude - Ponte de Coimbra, no município de Coimbra (10,2 milhões de euros), a regularização do rio Arunca (5,7 milhões de euros), as intervenções no aproveitamento hidráulico do rio Mondego (4,1 milhões de euros) e os investimentos em infraestruturas hidráulicas do sistema de defesa contra cheias e marés no Baixo Vouga Lagunar (4,0 milhões de euros).

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR), na Região Centro, por categoria de intervenção (31 de dezembro de 2019)



As ações de eficiência energética representavam 10,0% do fundo aprovado, abrangendo habitações (0,1%), transportes (1,7%) e sobretudo infraestruturas públicas (8,2%), destacando-se, pela relevância dos valores, a implementação de medidas de eficiência energética em edifícios com consumos relevantes de energia, como os centros hospitalares Tondela-Viseu, do Médio Tejo, de Coimbra e do Baixo Vouga, os institutos politécnicos de Viseu, de Tomar e da Guarda, o Instituto Português de Oncologia de Coimbra, a unidade local de saúde de Castelo Branco, a universidade da Beira Interior, o centro de medicina de reabilitação Rovisco Pais, o hospital distrital da Figueira da Foz, entre outros.

De destacar ainda os 8,9% de fundo europeu aprovado para a valorização de resíduos, onde se evidencia o incentivo de 16,0 milhões de euros atribuído à unidade de tratamento integrado de resíduos sólidos da Associação de Municípios do Planalto Beirão²⁴, para incremento da qualidade e da quantidade da reciclagem dos três fluxos multimateriais, e o apoio de 6,3 milhões de euros para implementação de uma linha de preparação de combustível derivado de resíduos dessa mesma unidade.

²⁴ A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão é uma associação constituída por dezanove municípios (Aguaiar da Beira, Carregal do Sal, Castro de Aire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela), que criou um sistema intermunicipal integrado de gestão de resíduos sólidos urbanos, que permite encontrar soluções de valorização e tratamento dos mesmos, com vista à proteção do ambiente e à preservação da beleza da região.

No âmbito do **Programa de Desenvolvimento Rural (PDR)**, destinado ao desenvolvimento agrícola e rural, até 31 de dezembro de 2019, na Região Centro, estavam aprovados 732,9 milhões de euros de despesa elegível e 382,6 milhões de euros de FEADER. Neste trimestre, o fundo europeu aprovado aumentou apenas 2,3 milhões de euros.

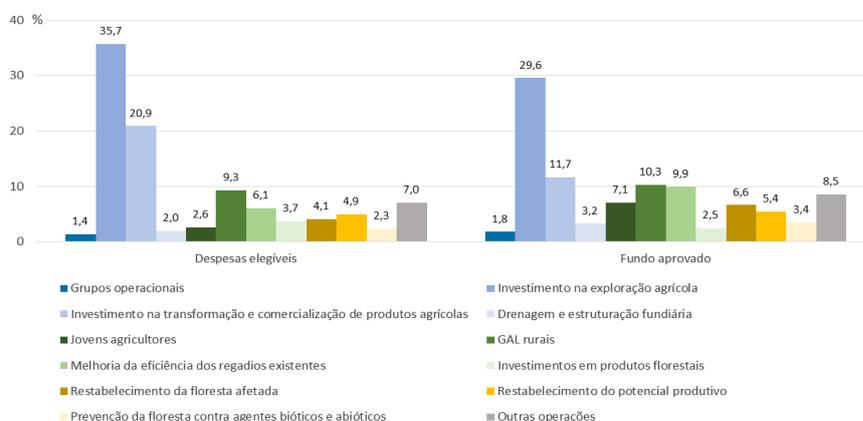
Para este nível de compromisso, contribuíram os projetos aprovados na ação “investimento na exploração agrícola”, totalizando 113,1 milhões de euros de FEADER (29,6% dos apoios aprovados), que pretende reforçar a viabilidade e a competitividade das explorações agrícolas e preservar e garantir a sua sustentabilidade ambiental.

Os investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas, que visam potenciar a criação de valor na estrutura agroindustrial e a internacionalização do setor, concentravam 11,7% do fundo aprovado²⁵ e as operações de melhoria da eficiência dos regadios existentes absorveram 9,9% do fundo europeu. Nesta última tipologia, destacavam-se pelos elevados montantes de apoio, a modernização do regadio do vale do Pranto, integrado no regadio do Baixo Mondego, abrangendo os municípios de Soure, Pombal e Figueira da Foz (21,2 milhões de euros), o aproveitamento hidroagrícola da Cela, em Alcobaça (8,6 milhões de euros de fundo aprovado), o aproveitamento hidroagrícola do Vale do Lis no bloco de rega das Salgadas, em Leiria (7,5 milhões de euros) e no bloco do Boco, na Marinha Grande (4,7 milhões de euros) e a reabilitação da barragem do Lapão, em Mortágua (4,3 milhões de euros de apoio aprovado).

²⁵ Trata-se de um elevado número de pequenos projetos de investimento para aquisição de equipamentos, mecanização das atividades agrícolas, plantação de árvores de fruto e espécies hortícolas, instalação de novas explorações (agrícolas e pecuárias), construção de pavilhões e estufas, entre outros.

De destacar ainda a área do desenvolvimento local, responsável por 10,3% do FEADER aprovado, operacionalizado pelos 24 Grupos de Ação Local (GAL) rurais da Região Centro, que têm a responsabilidade de implementar as respetivas Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL). Estas estratégias visam o desenvolvimento, diversificação e competitividade da economia e a melhoria das condições de vida destes territórios de base rural. Dos 39,4 milhões de euros de fundo europeu aprovados nesta área do desenvolvimento local, 18,8 milhões de euros destinaram-se à qualificação dos GAL rurais para que possam desempenhar as suas funções relativas à implementação, gestão, acompanhamento e animação das EDL. Os restantes 20,6 milhões de euros correspondem à aprovação de operações para a concretização das referidas estratégias nas tipologias “regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas”, “pequenos investimentos na transformação e comercialização”, “diversificação de atividades na exploração”, “cadeias curtas e mercados locais”, “renovação de aldeias” e “promoção de produtos de qualidade locais”.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), na Região Centro, por tipologia de operação (31 de dezembro de 2019)



Finalmente, no que se refere ao **Programa Operacional MAR 2020**, que visa apoiar as pescas, até 31 de dezembro de 2019, na Região Centro, tinham sido aprovados 138,3 milhões de euros de despesa elegível e 60,7 milhões de euros de FEAMP. A taxa de realização deste programa operacional na região era de 34,2%, ascendendo o fundo validado a 20,7 milhões de euros. Neste trimestre, assistiu-se ao aumento de apenas 5,4 milhões de euros no fundo aprovado e de 2,7 milhões de euros na execução, tendo a taxa de realização aumentado 1,6 pontos percentuais.

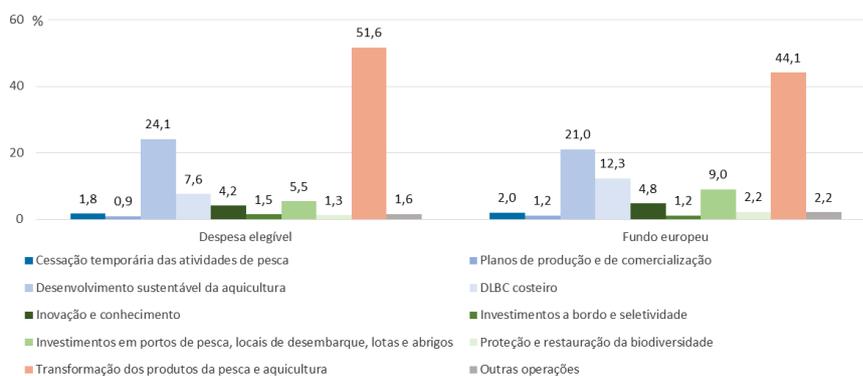
Os apoios à transformação dos produtos da pesca e da aquicultura absorviam 44,1% do fundo aprovado, correspondendo a 26,8 milhões de euros. De destacar, nesta medida, o investimento empresarial numa nova unidade de comercialização de pescado fresco e congelado, na Nazaré, com uma despesa elegível de 13,0 milhões de euros e uma comparticipação financeira de FEAMP que ascenderá aos 4,9 milhões de euros. Ainda de referir, pela sua relevância, os apoios europeus a uma conserveira em Peniche, no valor de 3,6 milhões de euros, e a uma empresa de transformação e comercialização sobretudo de pescado congelado, na Figueira da Foz, no valor de 2,4 milhões de euros.

Os projetos de desenvolvimento sustentável da aquicultura eram responsáveis por 21,0% do fundo europeu aprovado, sendo de destacar um projeto empresarial para ampliação das instalações de produção de pregado em aquicultura, na Praia da Tocha, envolvendo 2,2 milhões de euros de fundo aprovado, dois projetos empresariais, em Mira, referentes a uma maternidade de peixes marinhos e a uma unidade de engorda de linguado, cada um com 1,5 milhões de euros de FEAMP aprovado e um projeto da Universidade de Aveiro referente à instalação, em Ílhavo, de uma estação piloto para teste de novos sistemas de aquicultura sustentável, com um fundo de 1,0 milhões de euros.

De referir também o fundo europeu aprovado para o desenvolvimento local costeiro, no valor de 7,5 milhões de euros (12,3%). Deste montante, 2,2 milhões de euros destinaram-se à operacionalização das parcerias de desenvolvimento local costeiro que, na Região Centro, se encontram organizadas em cinco grupos de ação local (GAL) costeiros: GAL Região de Aveiro, GAL Mondego Mar, GAL ADAE MAR, GAL Oeste e GAL ecoMar, visando aumentar o emprego e a coesão territorial nas comunidades costeiras e interiores dependentes da pesca e da aquicultura, no âmbito das estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). Os restantes 5,3 milhões de euros de FEAMP correspondiam a operações aprovadas para a concretização dessas estratégias, nos municípios de Aveiro, Caldas da Rainha, Cantanhede, Figueira da Foz, Ílhavo, Lourinhã, Marinha Grande, Mira, Murtosa, Nazaré, Peniche, Torres Vedras e Vagos.

Destacavam-se ainda os investimentos em portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos com 9,0% do FEAMP aprovado, onde se evidenciava o investimento no prolongamento do quebra mar interior do porto de Peniche, com um fundo aprovado de 1,4 milhões de euros.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional MAR 2020, na Região Centro, por medida (31 de dezembro de 2019)



CENTRO 2020

A 31 de dezembro de 2019, 104,3% da dotação do **Programa Operacional Regional – CENTRO 2020** tinha já sido colocada a concurso nos 312 avisos de concurso abertos, tendo sido apresentadas 16.346 candidaturas, com intenções de investimento na região de 6,1 mil milhões de euros. Relembre-se que a dotação global do CENTRO 2020 corresponde a 2,155 mil milhões de euros de fundos europeus.

No final de 2019 tinham sido aprovadas 7.392 operações no CENTRO 2020, que previam um investimento total na região de 3,1 mil milhões de euros e uma comparticipação financeira de 1,6 mil milhões de euros de fundos europeus. O acréscimo de fundos aprovados neste trimestre foi de 89,3 milhões de euros. Em termos médios, cada projeto aprovado no Programa Operacional Regional envolvia um investimento total de 413 mil euros e um apoio europeu de 222 mil euros.

Quadro 14 - Monitorização do CENTRO 2020: concursos, candidaturas apresentadas e aprovações (valores acumulados)		dezembro 2019	setembro 2019	junho 2019	março 2019	dezembro 2018
Concursos						
Total	número	312	307	291	285	262
Fundo comunitário*	milhões €	2.246,8	2.132,9	1.984,1	1.963,6	1.778,0
	% da dotação de fundo	104,3	99,0	92,1	91,1	82,5
Em aberto	número	18	35	24	28	21
Fundo comunitário	milhões €	91,8	219,3	161,4	202,7	138,4
Encerrados	número	294	272	267	257	241
Fundo comunitário	milhões €	2.155,0	1.913,6	1.822,7	1.760,9	1.639,6
Candidaturas apresentadas						
Total	número	16.346	16.049	15.891	15.634	14.984
Investimento total previsto	milhões €	6.088,3	5.930,6	5.829,5	5.649,2	4.936,2
Operações aprovadas						
Total	número	7.392	7.045	6.319	5.164	4.675
Investimento total	milhões €	3.050,4	2.911,2	2.539,7	2.327,0	2.274,6
Investimento elegível	milhões €	2.565,1	2.450,8	2.149,6	1.963,2	1.915,7
Fundo comunitário	milhões €	1.638,0	1.548,8	1.404,7	1.303,2	1.271,1

* Como resultado do processo de estabilização no Sistema de Monitorização do Portugal 2020, no 4.º trimestre de 2018, foram efetuadas correções aos valores das dotações dos fundos lançados a concurso.

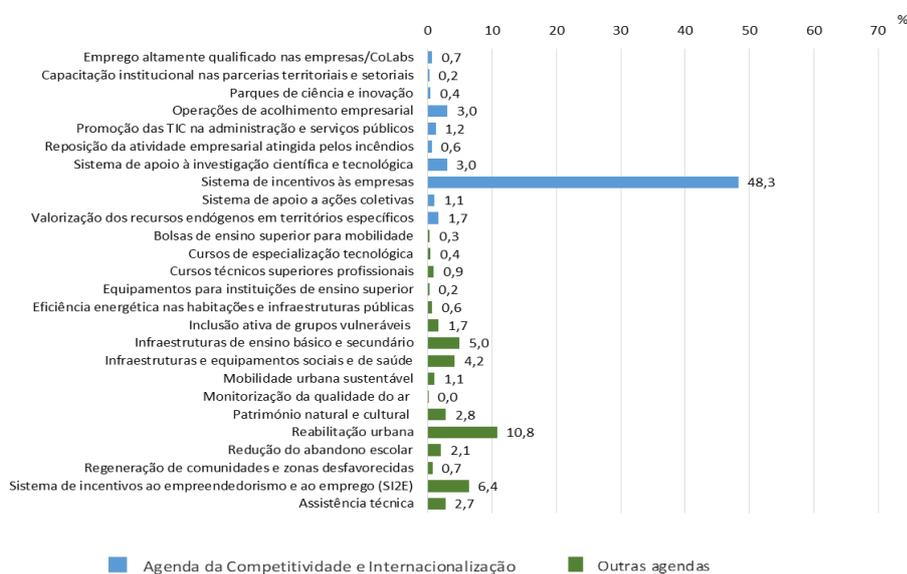
O domínio da competitividade e internacionalização absorvia 60,1% dos fundos europeus aprovados no CENTRO 2020, traduzindo-se em 3.838 operações aprovadas (51,9% do total), 2,0 mil milhões de euros de intenções de investimento e 984,5 milhões de euros de incentivos.

A quase totalidade destas aprovações respeitava ao sistema de incentivos às empresas, com 3.415 operações aprovadas e 790,7 milhões de euros de incentivo atribuído, correspondendo a 48,3% do fundo europeu total aprovado.

O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica absorvia 3,0% dos fundos aprovados, traduzindo-se em incentivos para reforçar e consolidar áreas científicas em domínios estratégicos, para capacitar as infraestruturas de investigação inseridas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico, para apoiar o patenteamento e o licenciamento de propriedade industrial e para a internacionalização da investigação e desenvolvimento, designadamente através da participação noutros programas financiados pela União Europeia.

Ainda neste domínio da competitividade destacavam-se os projetos de acolhimento empresarial, com 3,0% do fundo europeu total aprovado, tratando-se de projetos ligados à criação e expansão de áreas qualificadas para a atração de empresas e de investimentos e de apoios à localização de empresas.

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do Programa Operacional CENTRO 2020, por tipologia de operação (31 de dezembro de 2019)



Fora da agenda da competitividade e internacionalização (totalizando 653,6 milhões de euros de fundos aprovados), destacavam-se os apoios à reabilitação urbana (10,8%), a infraestruturas escolares de ensino básico e secundário (5,0%), a infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde (4,2%), ao património natural e cultural (2,8%), à redução do abandono escolar (2,1%) e à inclusão ativa de grupos vulneráveis (1,7%), traduzindo-se, estes últimos, em apoios à realização de trabalho socialmente necessário por parte de desempregados ou beneficiários do rendimento social de inserção. Neste trimestre, é de destacar o aumento de 25,8 milhões de euros (totalizando 68,2 milhões de euros) no fundo aprovado para a escolas de ensino básico e secundário. De salientar também que, dos 176,5 milhões de euros de fundos aprovados para operações de reabilitação urbana, 16,0 milhões de euros estavam afetos ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020), que disponibiliza produtos financeiros (com condições mais vantajosas face às praticadas no mercado) vocacionados especificamente para apoiar a reabilitação urbana de edifícios (destinados à habitação ou a outras atividades), incluindo as soluções integradas de eficiência energética mais adequadas no âmbito dessa reabilitação.

De referir ainda o sistema de incentivos ao empreendedorismo e ao emprego (SI2E), que pretende estimular o surgimento de iniciativas empresariais e a criação de emprego, especialmente em territórios de baixa densidade (atribuindo majorações específicas a investimentos neles realizados), no qual, até 31 de dezembro de 2019, estavam aprovados

104,2 milhões euros de fundos europeus (6,4%) correspondendo a 2.670 operações aprovadas neste instrumento e a 224,2 milhões de euros de intenções de investimento. No quarto trimestre de 2019, registou-se um acréscimo de 11,1 milhões euros de fundos europeus aprovados nesta tipologia. Note-se que, para operacionalizar este tipo de apoios, foi contratualizada, na Região Centro, com as CIM e os GAL, uma dotação de fundos europeus de 131,3 milhões de euros (incluindo já o reforço na dotação das CIM de 50 milhões de euros, ocorrido na sequência da reprogramação do CENTRO 2020).

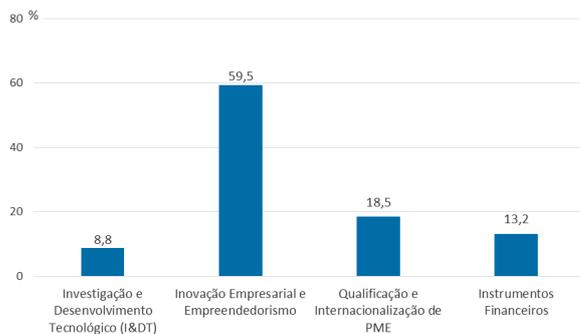
Detalhando o sistema de incentivos às empresas, dada a sua preponderância em termos de dotação e de compromisso, verifica-se que, do valor de fundo europeu absorvido por este instrumento de apoio, 59,5% correspondia a aprovações no âmbito da inovação empresarial e empreendedorismo (470,1 milhões de euros), enquanto apenas 8,8% respeitava a projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico. Os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas mobilizavam 104,7 milhões de euros (13,2% do fundo aprovado no sistema de incentivos às empresas), correspondendo este valor ao contratualizado, até esta data, entre o CENTRO 2020 e a Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A. Esta instituição foi criada para a gestão de instrumentos financeiros dirigidos ao apoio à economia e ao estímulo e orientação do investimento empresarial e à criação de emprego, assumindo-se essencialmente como operador grossista. Como já referido anteriormente, no terceiro trimestre de 2019, registou-se um reforço de 24,7 milhões de euros na comparticipação de FEDER afeta a estes instrumentos financeiros, justificado pela procura elevada e em crescendo e pelas alterações introduzidas ao SI Inovação Produtiva pela reprogramação do PORTUGAL 2020, uma vez que esta tipologia de incentivos passou a funcionar com um sistema híbrido de apoio, que combina fundos europeus com financiamento articulado com a banca através do instrumento financeiro.

²⁶ A categoria “Não aplicável” inclui os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas.

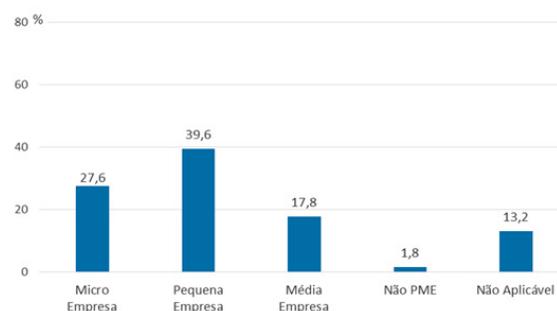
²⁷ A categoria “Não aplicável” inclui os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas e as operações com investimento em mais do que uma sub-região.

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do Sistema de Incentivos às empresas do CENTRO 2020 (31 de dezembro de 2019)

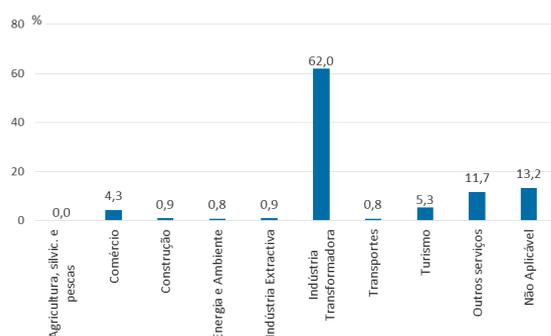
Por tipologia de investimento



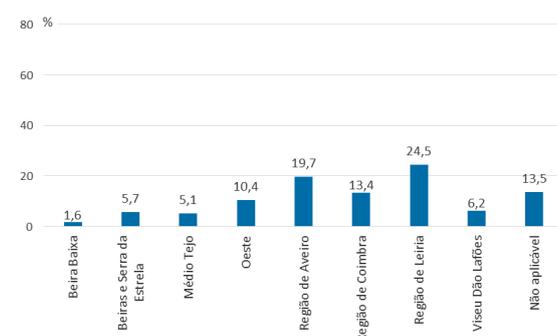
Por dimensão da empresa²⁶



Por setor de atividade²⁶



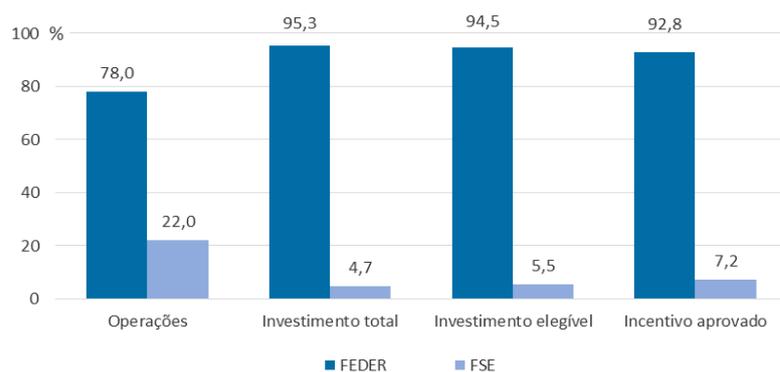
Por Comunidade Intermunicipal (CIM)²⁷



Grande parte dos fundos aprovados no sistema de incentivos às empresas foram dirigidos a pequenas (39,6%) e micro empresas (27,6%) e à indústria transformadora (62,0%). Relativamente à sua distribuição territorial, a Região de Leiria e a Região de Aveiro foram as que absorveram maior volume de apoios. Os valores mais baixos foram registados nas CIM do interior, o que se justifica pela densidade empresarial nestes territórios ser mais baixa. No entanto, é de referir que os territórios de baixa densidade tiveram também avisos próprios neste âmbito ou majoração das taxas de cofinanciamento.

A grande maioria das aprovações do CENTRO 2020 teve cofinanciamento FEDER (92,8% dos incentivos aprovados), com o FSE ainda distante dos montantes programados. Note-se que a estrutura dos fundos a serem geridos durante o atual período de programação no CENTRO 2020 corresponde a 79,4% de FEDER e 20,6% de FSE (correspondendo a uma dotação financeira de 1.711,5 milhões de euros de FEDER e 443,5 milhões de euros de FSE²⁸). No final de 2019, estavam aprovadas 5.766 operações envolvendo uma comparticipação de FEDER de 1,5 mil milhões de euros (88,9% da dotação programada). No caso do FSE, estavam aprovadas 1.626 operações, envolvendo 117,1 milhões de euros de fundo europeu (26,4% da dotação programada).

Fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do CENTRO 2020, por tipologia de fundo (31 de dezembro de 2019)



²⁸ A 5 de dezembro de 2018, foi aprovada, pela Comissão Europeia, a reprogramação do PORTUGAL 2020 considerando a adequação à alteração do ciclo económico e o alinhamento com o Plano Nacional de Reformas. Este exercício de reprogramação não alterou a dotação global dos programas operacionais, mas permitiu otimizar os recursos disponíveis e reafectá-los entre prioridades. No que respeita ao CENTRO 2020, esta transferência de verbas teve implicações na dotação financeira dos vários eixos e dos respetivos fundos financiadores.

²⁹ O Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) é uma iniciativa governamental, implementada em agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas que se localizam em territórios económica e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social, onde a violência, a indisciplina, o abandono e o insucesso escolar mais se manifestam. São objetivos centrais do programa a prevenção e redução do abandono escolar precoce e do absentismo, a redução da indisciplina e a promoção do sucesso educativo de todos os alunos.

As operações apoiadas pelo FSE correspondiam aos já referidos incentivos à realização de trabalho socialmente necessário (27,6 milhões de euros de fundo aprovado) e também (i) a medidas que visam a redução do abandono escolar (34,0 milhões de euros), designadamente os Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar de âmbito intermunicipal e o aprofundamento do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária²⁹, (ii) a cursos técnicos superiores profissionais (15,1 milhões de euros), (iii) aos incentivos à contratação de recursos humanos altamente qualificados por parte das empresas ou laboratórios colaborativos (10,7 milhões de euros), (iv) aos incentivos atribuídos no âmbito do SI2E (9,8 milhões de euros), (v) a cursos de especialização tecnológica (7,2 milhões de euros), (vi) a bolsas de ensino superior para a mobilidade (5,1 milhões de euros), (vii) a ações de capacitação institucional nas parcerias territoriais e setoriais (3,9 milhões de euros) e (viii) a formação de empresários e trabalhadores integrada em projetos empresariais mais abrangentes submetidos ao sistema de incentivos à inovação e à qualificação e internacionalização das PME (3,7 milhões de euros).

No final de 2019, o programa tinha 76,0% da sua dotação comprometida e estavam validados 621,4 milhões de euros de fundos europeus, o que correspondia a uma taxa de execução de 28,8%. Neste trimestre, o diferencial entre taxa de compromisso e taxa de execução aumentou 5,1 pontos percentuais, situando-se nos 47,2 pontos percentuais. A taxa de realização do CENTRO 2020 aumentou para os 37,9%.

O fundo transferido para os beneficiários a título de pagamentos foi de 659,4 milhões de euros, sendo este valor superior à despesa validada dados os adiantamentos, resultando numa taxa de reembolso (relação entre o fundo pago e o fundo validado) superior a 100% (106,1%) e numa taxa de pagamento (relação entre o fundo pago e o fundo aprovado) de 40,3%. A taxa de reembolso continuou a diminuir face aos semestres anteriores, refletindo a continuidade da conversão de alguns dos adiantamentos (que permitem aos beneficiários disporem de liquidez para a realização de despesa) em despesa efetiva e validada.

Quadro 15 - Monitorização do CENTRO 2020: execução e indicadores financeiros (valores acumulados)		dezembro 2019	setembro 2019	junho 2019	março 2019	dezembro 2018
Execução financeira						
Despesa validada						
Investimento (custo) elegível	milhares €	896.879	772.834	716.289	673.772	612.265
Fundos comunitários	milhares €	621.375	536.822	497.681	467.375	424.332
Pagamentos aos beneficiários	milhares €	659.443	577.764	535.702	501.224	460.466
Indicadores financeiros						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	76,0	71,9	65,2	60,5	59,0
Taxa de execução (fundo validado / fundo programado)	%	28,8	24,9	23,1	21,7	19,7
Taxa de realização (fundo validado / fundo aprovado)	%	37,9	34,7	35,4	35,9	33,4
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	40,3	37,3	38,1	38,5	36,2
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo validado)	%	106,1	107,6	107,6	107,2	108,5

Enquadramento Nacional

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)
- Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

Banco de Portugal

- Taxa de câmbio bilateral do Euro - câmbio mensal EUR/USD (média do período)

Mercado de Trabalho

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito ao Emprego (Base 1998 e Base 2011)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Desemprego Registrado

Instituto do Emprego e Formação Profissional

- Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais

Instituto Nacional de Estatística

- Estimativas Anuais da População Residente

Empresas

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - SNF (Sociedades Não Financeiras) - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - SNF (Sociedades Não Financeiras) - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Iberinform, Crédito y Caución

- Empresas constituídas
- Ações de insolvência

Comércio Internacional de Bens

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio, países e NUTS II

Secções selecionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- II – Produtos do reino vegetal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obras
- XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
- XVII – Material de transporte

Turismo

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Construção e Habitação

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Estatísticas das Obras Concluídas
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Empréstimos Vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Preços e Consumo Privado

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)

Instituto do Cinema e do Audiovisual

- Receitas de cinema

SIBS

- Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
- Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Empréstimos Vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Políticas Públicas no Centro

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

- Boletins Informativos dos Fundos da União Europeia n.º 15, n.º 16, n.º 17, n.º 18 e n.º 19
- Informação de monitorização territorial do PORTUGAL 2020

Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais do PORTUGAL 2020 (ficheiros de aprovações extraídos dos respetivos sites)

